

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP****CONCORRÊNCIA Nº 002/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO - L-032/2023
SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS
TIPO – TÉCNICA E PREÇO**

O **Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo – CREA-SP**, por intermédio da sua Comissão de Licitação, designada pela Portaria nº 063/2023, de 05 de outubro de 2023, torna pública a realização de licitação para **REGISTRO DE PREÇOS**, na modalidade **CONCORRÊNCIA** – tipo: **TÉCNICA E PREÇO**, que será regida por este instrumento convocatório e pelas Normas Gerais e disposições contidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, alterada e complementada pela Lei Federal nº 12.440, de 07 de julho de 2011 e a Legislação pertinente, e condições fixadas neste Edital e seus Anexos. Os serviços serão realizados na forma de execução indireta e regime de empreitada pelo **maior percentual de desconto no lote único**. De forma complementar, esta concorrência será realizada com base no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, na Instrução Normativa MP nº 05, de 25 de maio de 2017 e na Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 03, de 26 de abril de 2018 aplicáveis a este objeto.

**a) HORÁRIO, DATA E LOCAL PARA A ENTREGA DOS ENVELOPES
CONTENDO A DOCUMENTAÇÃO, PROPOSTA TÉCNICA E PROPOSTA COMERCIAL**

a.1) Até às 9:00 horas, do dia 22, de novembro de 2023, no endereço **Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1059 – 8º andar, Pinheiros – São Paulo, SP – CEP 01452-920**, para entrega de 03 (três) envelopes distintos sendo o envelope nº 01, com os documentos de habilitação, o envelope nº 02, com a proposta técnica e o envelope nº 03 com a proposta comercial, além das declarações complementares feitos em papel opaco e devidamente lacrados.

b) HORÁRIO, DATA E LOCAL PARA INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA

b.1) Às 10:00 horas, do dia 22, de novembro de 2023, na Sede Faria Lima do CREA-SP, localizada no endereço **Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1059 – 8º andar, Pinheiros – São Paulo, SP – CEP 01452-920** terá início a sessão, prosseguindo-se com o credenciamento dos participantes e a abertura dos envelopes contendo a documentação de habilitação e a realização de consulta “online” conforme descrito no item “8 - habilitação” deste Edital.

b.1.1) Se não houver expediente administrativo nesta data, a reunião fica adiada para o primeiro dia útil subsequente, mantido o mesmo horário e demais condições.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

b.2) Os conjuntos de documentos relativos à habilitação, a proposta técnica e à proposta de preços deverão ser entregues separadamente, em envelopes fechados e lacrados, rubricados no fecho e identificados com o nome do licitante e contendo em suas partes externas e frontais, em caracteres destacados, os seguintes dizeres:

b.2.1) O Envelope nº 01, contendo os “Documentos de Habilitação”, deverá ser identificado em seu exterior com as seguintes informações:

ENVELOPE Nº 01 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Edital de Concorrência Nº 002/2023

Processo Administrativo Nº L-032/2023

OBJETO: Registro de Preços para prestação de serviços técnicos especializados de engenharia e arquitetura para o monitoramento, supervisão e avaliações técnicas.

Sessão de Abertura: ____/____/2023 às ____ horas

Razão Social do Licitante _____

CNPJ/MF Nº. _____

b.2.2.) O Envelope nº 02 contendo a “Proposta Técnica” deverá ser identificado em seu exterior com as seguintes informações:

ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA TÉCNICA

Edital de Concorrência Nº 002/2023

Processo Administrativo Nº L-032/2023

OBJETO: Registro de Preços para prestação de serviços técnicos especializados de engenharia e arquitetura para o monitoramento, supervisão e avaliações técnicas.

Sessão de Abertura: ____/____/2023 às ____ horas

Razão Social do Licitante _____

CNPJ/MF Nº. _____

b.2.3) O Envelope nº 03 contendo a “Proposta de Preços” deverá ser identificado em seu exterior com as seguintes informações:

ENVELOPE Nº 03 - PROPOSTA DE PREÇOS

Edital de Concorrência Nº 002/2023

Processo Administrativo Nº L-032/2023

OBJETO: Registro de Preços para prestação de serviços técnicos especializados de engenharia e arquitetura para o monitoramento, supervisão e avaliações técnicas.

Sessão de Abertura: ____/____/2023 às ____ horas

Razão Social do Licitante _____

CNPJ/MF Nº. _____



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

- b.3) Os envelopes com as Propostas Técnica e de Preço dos licitantes serão recebidos na mesma data, local e horário, mencionados e abertos em datas, locais e horários a serem designados pela Comissão de Licitação.
- b.4) O recebimento e abertura dos envelopes, bem como os demais procedimentos licitatórios obedecerão ao disposto neste Edital e na legislação pertinente já citada.
- b.5) Os documentos apresentados pelos licitantes nos documentos de habilitação, proposta técnica e na proposta de preços, quando redigidos em língua estrangeira, só terão validade quando acompanhados da respectiva tradução realizada por tradutor juramentado ou consularizado.
- b.6) Os documentos exigidos deverão estar com prazo vigente e poderão ser apresentados em cópias acompanhados dos originais, cópias autenticadas em cartório ou decorrentes de publicações em órgão da Imprensa Oficial, perfeitamente legíveis, sob pena de inabilitação.
- b.7) Todos os horários mencionados neste Edital se referem ao horário oficial de Brasília.

1. OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente licitação o Registro de Preços para contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados de engenharia e arquitetura para o monitoramento, supervisão e avaliações técnicas, conforme especificações técnicas constantes neste documento e seus anexos.

1.2. Fazem parte deste Edital:

- a) **Anexo I – Projeto Básico;**
- Anexo I-A – Ordem de Serviço;
- Anexo I-B – Endereços Unidades e Sedes;
- Anexo I-C – Critérios de Medição;
- Anexo I-D - Planilha de Cotação de Preço;
- Anexo I-E - Planilha de Custos, Formação de Preços e BDI.
- b) **Anexo II – Ata de Registro de Preços**
- Anexo III - Termo de Contrato.**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

1.3 Valor contratual e recursos orçamentários

O valor máximo estimado para a execução do objeto é de R\$ 9.890.640,20 (nove milhões, oitocentos e noventa mil, seiscentos e quarenta reais e vinte centavos).

1.3.1. A despesa estimada para atender a esta licitação está programada em dotação orçamentária própria prevista no orçamento do CREA-SP, no exercício financeiro de 2023, na conta orçamentária nº 6.2.2.1.1.01.04.09.022 – Demais Serviços Profissionais – PJ, da Gerência de Projetos e Engenharia - GPE do CREA-SP.

2. DA RETIRADA DO EDITAL

2.1. A retirada deste Edital deverá ser realizada por meio dos seguintes sistemas: <https://www.gov.br/compras/pt-br> e <https://www.creasp.org.br/licitacoes-em-andamento>, observado os procedimentos ali previstos. O interessado em participar desta licitação se obriga a acompanhar no Diário Oficial da União - DOU e nos endereços eletrônicos citados, eventuais alterações ou informações sobre esta Concorrência.

3. DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador, bem como a eventuais adesões são as que constam da Ata de Registro de Preços.

3.2. Será permitida a adesão à Ata de Registro de Preços decorrente desta licitação, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, conforme regras estabelecidas na Ata de Registro de Preços.

4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO E CREDENCIAMENTO DO REPRESENTANTE

4.1. Poderão participar desta concorrência, empresas especializadas, cujo objeto social seja compatível com o objeto desta licitação, nos termos constituídos que, cumulativamente:

- a) Sejam estabelecidas no País, que satisfaçam as condições e disposições contidas neste Edital; e
- b) Estejam devidamente cadastradas e com situação regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, ou, que apresentem a documentação relacionada no item “8 – habilitação” deste Edital.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

- a) Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- b) Que não atendam às condições destes Edital e seus anexos;
- c) Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- d) Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;
- e) Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;
- f) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);
- g) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

4.3. Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:

- a) Detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou
- b) De autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

4.3.1. Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.203, de 04 de junho de 2010).

4.4. Nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura Contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão contratante.

4.5. Para a análise das condições de participação dos licitantes, também serão realizadas, preliminarmente, consultas aos seguintes cadastros:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

a) SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores -
<https://www3.comprasnet.gov.br/sicaf-web/private/index.jsf#>

b) TCU – Inidôneos – Licitantes Inidôneos -
<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:INIDONEOS>

c) CNJ - Conselho Nacional de Justiça - CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade -
https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php

d) Portal de transparência:

d.1) CEIS - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas -
<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc>

d.2) CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas -
<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep?ordenarPor=nome&direcao=asc>.

4.6. Nenhuma licitante poderá participar desta concorrência com mais de uma Proposta.

4.7. A participação na presente concorrência implica, tacitamente, para o licitante: a confirmação de que recebeu todas as informações previstas no Projeto Básico e Anexos deste Edital, bem como as informações necessárias ao cumprimento desta concorrência; a aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes deste Edital e de seus anexos; a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos e materiais apresentados em qualquer fase do processo.

4.8. O licitante assume todos os custos de elaboração e apresentação dos Documentos de Habilitação e das Propostas Técnicas e de Preços exigidos nesta concorrência, não sendo o CREA-SP, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

4.9. Para credenciamento, o representante do licitante apresentará à Comissão de Licitação documento que o credencia, juntamente com seu documento de identidade de fé pública, no ato programado para a entrega dos envelopes com os Documentos de Habilitação e com as Propostas Técnica e de Preços.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

4.9.1. Os documentos mencionados no item “4.9” deverão ser apresentados fora dos envelopes que contêm os documentos de habilitação, a proposta técnica e de Preços e comporão os autos do processo licitatório.

4.10. Quando a representação for exercida na forma de seus atos de constituição, por sócio ou dirigente, o documento de credenciamento consistirá, respectivamente, em cópia do ato que estabelece a prova de representação da empresa, em que conste o nome do sócio e os poderes para representá-la, ou cópia da ata da assembleia de eleição do dirigente, em ambos os casos autenticada em cartório ou apresentada junto com o documento original, para permitir que a Comissão de Licitação ateste sua autenticidade.

4.11. Caso o preposto do licitante não seja seu representante estatutário ou legal, o credenciamento será feito por intermédio de procuração, mediante instrumento público ou particular, que comprove os necessários poderes para praticar todos os atos pertinentes ao certame em nome do licitante. Nesse caso, o preposto também entregará à Comissão de Licitação cópia do ato que estabelece a prova de representação da empresa, em que constem os nomes e respectivas assinaturas dos sócios ou dirigentes com poderes para a constituição de mandatários.

4.12. A ausência do documento hábil de representação não impedirá o representante de participar da licitação, mas ele ficará impedido de praticar qualquer ato durante o procedimento licitatório.

4.13. A documentação apresentada na primeira sessão de recepção e abertura dos documentos de habilitação, das Propostas Técnica e de Preços credencia o representante a participar das demais sessões. Na hipótese de sua substituição no decorrer do processo licitatório, deverá ser apresentado novo credenciamento.

4.14. Caso o licitante não deseje fazer-se representar nas sessões de recepção e abertura, deverá encaminhar os Documentos de Habilitação e as Propostas Técnica e de Preços por meio de portador. Nesse caso, o portador deverá efetuar a entrega dos envelopes diretamente à Comissão de Licitação, na data, hora e local indicados no início deste Edital.

4.15. A Comissão de Licitação não se responsabilizará por envelopes contendo a documentação, a proposta técnica e a proposta comercial que seja entregue em outro local, dia e horário que não os do mencionados neste edital.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

5. ESCLARECIMENTOS SOBRE O EDITAL

5.1. Esclarecimentos sobre esta Concorrência serão prestados pela Comissão e Licitação, desde que os pedidos tenham sido recebidos até 07 (sete) dias úteis antes da data de apresentação das Propostas, exclusivamente mediante solicitação por escrito, em uma das seguintes formas:

a) Por carta ou ofício: protocolizado na Unidade de Licitações – UL da Gerência de Gestão da Contratação – GGC, localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1059 – 8º andar – Pinheiros – São Paulo, SP, nos dias úteis de segunda a sexta-feira, no horário das 8h30min às 16h30min;

b) Pelo *e-mail* eletrônico: compras.licitacao@creasp.org.br.

5.2. Os pedidos de esclarecimento serão respondidos pela Comissão de Licitação em até 05 (cinco) dias úteis antes da data de apresentação das Propostas.

5.3. As respostas aos pedidos de esclarecimentos prestados pela Comissão de Licitação serão entranhadas nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, bem como serão disponibilizados nos seguintes sistemas eletrônicos <https://www.gov.br/compras/pt-br> e <https://www.creasp.org.br/licitacoes-em-andamento>, sem identificação do licitante consulente e seu representante.

5.3.1. O licitante não deve utilizar, em eventual pedido de esclarecimento, nenhum termo que possa propiciar a identificação de sua Proposta Técnica, referente ao envelope nº 2 (Proposta Técnica).

5.4. Aos licitantes interessados, cabe acessar assiduamente o referido endereço para tomarem conhecimento das perguntas e respostas e manterem-se atualizados sobre esclarecimentos referentes a este Edital.

5.5. Os pedidos de esclarecimento não constituirão, necessariamente, motivos para que se alterem a data e o horário de recebimento dos Documentos de Habilitação e das Propostas Técnicas e de Preços previstos neste Edital.

5.6. A não arguição de dúvidas por parte dos licitantes implicará na tácita admissão de que os elementos contidos no Edital e seus anexos foram considerados suficientes.

6. IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

6.1. O pedido de impugnação, com a indicação das falhas ou irregularidades que viciaram o Edital, deverá ser protocolizado fisicamente nos dias úteis de segunda a sexta-feira, no horário das 8h30min às 16h30min, na Unidade de Licitações – UL da Gerência de Gestão da Contratação – GGC, localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1059 – 8º andar – Pinheiros – São Paulo, SP.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

6.2. A impugnação também poderá ser enviada para o e-mail compras.licitação@creasp.org.br, observados os prazos descritos no subitem “6.6”.

6.3. A impugnação apresentada em desconformidade com as regras previstas neste item será recebida como mera informação.

6.4. A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ele pertinente.

6.5. Os pedidos de impugnação serão julgados e respondidos em até 03 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113, da Lei 8.666/93.

6.6. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital, perante a Comissão de Licitação:

- I. O cidadão que não se manifestar até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação;
- II. O licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação.

6.6.1. Considera-se licitante, para efeito do inciso II do subitem anterior, a empresa que tenha retirado o presente Edital na forma prevista no Aviso de Licitação ou neste Edital.

6.7. Os casos omissos da presente Concorrência, serão solucionados pela Comissão de Licitação.

7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO DAS MICROEMPRESAS (ME) E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP)

7.1. As Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) que optarem por usufruir dos benefícios concedidos pela Lei Complementar Federal nº 123/2006, em especial em seu art. 3º, deverão apresentar no Ato do Credenciamento:

- a) Requerimento assinado por representante/sócio da empresa, solicitando valer-se do tratamento diferenciado concedido à(s) Microempresa(s) – ME(s) e Empresa(s) de Pequeno Porte- EPP(s), nos termos da Lei Complementar nº 123/2006;
- b) Certidão Simplificada da Junta Comercial, sede da licitante, devidamente atualizada, que comprove a condição de Microempresa (ME) e/ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) na forma do art. 8º da Instrução Normativa nº 103/2007 do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC; (emitida nos últimos 60 (sessenta dias).

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

7.2. A falsidade de declaração prestada objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, caracterizará crime de que trata o art. 299 do código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções previstas neste Edital e no Anexo I - Projeto Básico.

7.3. A não apresentação do requerimento e/ou certidão citada nos subitens anteriores, pelo licitante, no momento do credenciamento, acarretará a preclusão automática desse direito nas demais fases do processo licitatório, não podendo ser invocado posteriormente.

7.4. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto pela Lei Complementar nº 123/2006, especificamente o regime de que trata o art. 12 do mesmo diploma legal, a pessoa jurídica:

- a) De cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- b) Que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- c) De cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário, ou seja, sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos desta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006;
- d) Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123/2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do artigo 3º da mesma lei;
- e) Cujo sócio ou titular seja, administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, transcrito abaixo:
 - e.1) Constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
 - e.2) Que participe do capital de outra pessoa jurídica;
 - e.3) Que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

e.4) Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

e.5) Constituída sob a forma de sociedade por ações.

8. DA HABILITAÇÃO – ENVELOPE “1”

8.1. A Comissão de Licitação procederá ao exame da documentação de habilitação dos licitantes. O Presidente da Comissão verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. <https://www.gov.br/compras/pt-br> - SICAF;

8.1.2. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>);

8.1.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.1.4. Constatada a existência de sanção, o Presidente da Comissão reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.2. O Presidente da Comissão, então, consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista.

8.3. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.

8.4. Os licitantes deverão apresentar toda a documentação exigida, concernente à habilitação jurídica, econômica, regularidades fiscais e trabalhistas, independentemente de estar cadastradas no SICAF.

8.5. Os Documentos de Habilitação deverão ter todas as suas páginas numeradas e rubricadas por representante legal do licitante, e deverão apresentar os seguintes documentos a seguir relacionados, devidamente atualizados, em envelope opaco, conforme especificado neste Edital.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

8.6. HABILITAÇÃO JURÍDICA

8.6.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

8.6.3. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência;

8.6.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

8.6.5. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

8.6.6. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

8.7. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

8.7.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;

8.7.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.7.3. Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

8.7.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da consolidação das leis do trabalho, aprovada pelo decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

8.7.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.7.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.7.7. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.7.8. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

8.7.9. **Caso o licitante seja considerado isento de tributos municipais ou estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal ou Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.**

8.8. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

8.8.1. **Certidão negativa de falência** expedida pelo distribuidor da sede do licitante, dentro do prazo de validade;

a.1) Caso não conste prazo de validade, será aceita a certidão emitida em até 90 (noventa) dias corridos antes da data de apresentação dos Documentos de Habilitação;

a.2) No caso de praças com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada distribuidor.

8.8.2. **Balanco patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social**, já exigível e apresentado na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira do licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação dos documentos de habilitação;

8.8.3. O balanço patrimonial deverá estar assinado pelo responsável legal do licitante e pelo responsável por sua elaboração, Contador ou outro profissional equivalente, devidamente registrado no respectivo conselho de classe profissional;

8.8.4. Se necessária a atualização do balanço e do patrimônio líquido, deverá ser apresentado o memorial de cálculo correspondente, assinado pelo responsável legal da



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

empresa e pelo responsável por sua elaboração, Contador ou outro profissional equivalente, devidamente registrado no respectivo conselho de classe profissional;

8.8.5. O balanço patrimonial deverá estar registrado na Junta Comercial ou no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o tipo de empresa da licitante e apresentado de acordo com os incisos de I a III, ou no Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, apresentado conforme inciso IV:

I. sociedades empresariais em geral: registrado ou autenticado no órgão de Registro do Comércio da sede ou do domicílio da licitante, acompanhado de cópia do termo de abertura e de encerramento do Livro Diário do qual foi extraído, conforme disposto no § 2º do art. 5º do Decreto-Lei nº 486/1969;

II. sociedades empresárias, especificamente no caso de sociedades anônimas regidas pela Lei nº 6.404/1976: registrado ou autenticado no órgão de Registro do Comércio da sede ou domicílio da licitante e publicado em Diário Oficial e em Jornal de grande circulação ou fotocópia registrada ou autenticada no órgão competente de Registro do Comércio da sede ou domicílio da licitante;

III. sociedades simples: registrado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede; caso a sociedade simples adote um dos tipos de sociedade empresária, deverá sujeitar-se às normas fixadas para as sociedades empresárias, inclusive quanto ao registro no órgão competente de Registro do Comércio da sede ou domicílio da licitante;

IV. para as empresas que escrituram por meio do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, impressão dos seguintes arquivos gerados pelo referido sistema:

- a) termo de autenticação com a identificação do autenticador;
- b) balanço patrimonial;
- c) termo de abertura e encerramento;
- d) requerimento de autenticação de Livro Digital;
- e) recibo de entrega de Escrituração Contábil Digital.

8.8.6. A comprovação da boa situação financeira da licitante será feita ainda por meio da avaliação do balanço referido no subitem “8.8.2”, cujos índices de Liquidez Geral (**LG**), de Solvência Geral (**SG**) e de Liquidez Corrente (**LC**), resultantes da aplicação das fórmulas a seguir, terão de ser maiores que um (>01):



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

| | |
|---|-------|
| Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo | |
| LG = | ----- |
| Passivo Circulante + Passivo Não Circulante | |
| Ativo Total | |
| SG = | ----- |
| Passivo Circulante + Passivo Não Circulante | |
| Ativo Circulante | |
| LC = | ----- |
| Passivo Circulante | |

8.8.7. Os índices de que trata o subitem “8.8.6” serão calculados pelo licitante e confirmados pelo responsável por sua contabilidade, Contador ou outro profissional equivalente, mediante sua assinatura e indicação de seu nome e registro no respectivo conselho de classe profissional.

8.9. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.9.1. A proponente deverá dispor de profissional qualificado bem como equipamento especializado para realização dos serviços, respeitando as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

8.9.2. A licitante deverá apresentar os seguintes documentos para a finalidade de habilitação quanto à qualificação técnica e requisitos da contratação:

8.9.2.1. **Certidão de Registro de Pessoa Jurídica, expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - Crea e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU** de seu Estado, e que comprove atividade relacionada com o objeto em tela, dentro do prazo de validade. Em caso de registro fora do Estado de São Paulo, deverá ser apresentado o devido visto no Crea-SP ou no CAU-SP antes da data prevista para o início da prestação dos serviços, consoante Resolução (Confea) nº 1.121, de 13 de dezembro de 2019.

8.9.2.2. **Comprovação técnico-operacional**, mediante a apresentação de pelo menos 01 (um) atestado, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da empresa, de execução de serviços com características similares.

8.9.2.2.1. Entende-se por execução de serviço pertinente e compatível em características e de complexidade técnica equivalente ao objeto desta licitação, o que segue:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

a) Gerenciamento e/ou supervisão e/ou fiscalização e/ou acompanhamento de obras de reformas e/ou ampliações de edificações prediais;

b) Elaboração de projetos;

8.9.2.2.2. Os Atestados de Capacidade Técnico-Operacional deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária, especificadas no contrato social vigente.

8.9.3. **Relação da equipe técnica** cujo(s) profissional(is) comprove(m) que faz(em) parte do quadro da empresa, para atuar como responsável técnico pela execução dos serviços, conforme disposto na Resolução (Confea) nº 1.121, de 13 de dezembro de 2019, devendo ainda apresentar:

8.9.3.1. **Certidão(ões) de Registro**, emitida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - Crea ou do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado a que o(s) mesmo(s) estiver(em) vinculado(s), dentro do prazo de validade e que comprove(m) situação regular perante o mesmo, quanto a sua formação em nível superior - engenheiro e arquiteto – com competência para desempenho nas áreas de atividade pertinentes ao objeto, consoante Resolução (Confea) nº 1007, de 05 de dezembro de 2003 e Resolução (CAU/BR) nº 18, de 02 de março de 2012. Em caso de registro fora do Estado de São Paulo, deverá ser apresentado o devido visto no Crea-SP, antes da data prevista para o início da prestação dos serviços.

8.9.3.2. **Comprovação técnico-profissional**, mediante apresentação de Atestado(s) fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome de um dos responsáveis técnicos mencionados no subitem acima, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico - CAT, devidamente registrada(s) no CREA / CAU, nos termos da Resolução (Confea) nº 1.025, de 30 de outubro de 2009 e Resolução (CAU/BR) nº 93, de 07 de novembro de 2014, que comprovem sua capacitação técnica peça prestação de serviços de características semelhantes ao objeto em tela.

8.9.4. Comprovação de que o Responsável Técnico detentor do acervo descrito possui vínculo profissional com o licitante. A comprovação deste vínculo se fará com a apresentação de um dos seguintes documentos:

a) Contrato de trabalho em que conste o profissional como Responsável Técnico.

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

b) Declaração indicando nome, CPF e número de registro do CREA ou CAU, informando que o Responsável Técnico detentor do Acervo mencionado nos itens acima acompanhará a execução dos serviços de que trata o objeto desta licitação.

8.10. Declarações

8.10.1. Declaração de Elaboração Independente de Proposta, de que trata a Instrução Normativa SLTI/MP nº 2/2009:

À Comissão de Licitação

Referente Concorrência nº 002/2023

<identificação completa>, como representante devidamente constituído pela <nome do licitante>, doravante denominado <nome fantasia>, para fins do disposto no item “8.10.1 – da habilitação” do Edital, **declara**, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

a) a proposta apresentada para participar dessa Concorrência foi elaborada de maneira independente pelo <nome da licitante>, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato dessa Concorrência, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar dessa Concorrência não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato dessa Concorrência, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato dessa Concorrência quanto a participar ou não da referida licitação;

d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar dessa Concorrência não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato dessa Concorrência antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar dessa Concorrência não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do CREA-SP antes da abertura oficial das propostas; e



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

<local e data>

<representante legal do licitante>

Observação: A declaração deverá ser elaborada em papel timbrado da empresa.

8.10.2. Declarações, de que trata o anexo VII-A da Instrução Normativa nº 5, de 25 de maio de 2017:

À Comissão de Licitação

Referente Concorrência nº 002/2023

<identificação completa>, como representante devidamente constituído pelo <nome da licitante>, doravante denominado <nome fantasia>, para fins do disposto no item “8.10.2 da habilitação” do Edital, **declara**, sob as penas da lei, que:

- a) Está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;
- b) Inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- c) Não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos e não emprega menor, a partir de 14 anos, salvo na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;
- d) A proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 16 de setembro de 2009;
- e) Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art.1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- f) É Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte – Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, se for o caso.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

<local e data>

<representante legal do licitante>

Observação: A declaração deverá ser elaborada em papel timbrado da empresa.

8.11. **DAS VISTORIAS**

8.11.1. As regras acerca da visita técnica estão estabelecidas no item “5 – Vistoria Técnica” do Projeto Básico – Anexo I, deste Edital, **com especial atenção para o descrito nos itens “5.5 e 5.6”.**

8.12. Todos os licitantes deverão apresentar dentro do Envelope nº 01, os documentos específicos para a participação nesta licitação, preferencialmente entregues numerados e na sequência do Edital, a fim de permitir celeridade na conferência e exame correspondentes;

8.13. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante, e, preferencialmente com número do CNPJ/MF e com o endereço respectivo, salientando que:

- a) Se o licitante for à matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; ou,
- b) Se o licitante for à filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;
- c) Serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.14. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, em cópia legível autenticada por cartório competente, ou em publicação da imprensa oficial ou em cópias simples legíveis, desde que apresentadas na sessão às originais para conferência pelo Presidente da Comissão de Licitação, sendo que estas não deverão estar no interior do envelope, ressalvada as hipóteses da apresentação de documentos expedidos pela internet (desde que possibilite a averiguação completa pela Comissão de Licitação);

8.15. Não serão aceitos documentos cujas datas estejam rasuradas;

8.16. O Presidente de Comissão reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver dúvida e julgar necessário;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

- 8.17. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitações de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos;
- 8.18. Para as Empresas ME e EPP, aplica-se os dispositivos da Lei Complementar 123/2006, no que couber;
- 8.19. O proponente deverá fornecer a título de informação, número de telefone, e-mail e pessoa de contato, preferencialmente local. A ausência destes dados não a tornará inabilitada;
- 8.20. Se a documentação de habilitação não estiver completa ou estiver incorreta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus anexos deverá o Presidente de Comissão considerar a proponente inabilitada, salvo as situações que ensejarem a aplicação do disposto na Lei Complementar nº 123/2006;
- 8.21. Poderá o Presidente de Comissão declarar qualquer fato formal, desde que não implique desobediência à legislação e for evidente a vantagem para a Administração, devendo também, se necessário, promover diligência para dirimir a dúvida;
- 8.22. Constatando através da diligência o não atendimento ao estabelecido, o Presidente de Comissão considerará o proponente inabilitado e prosseguirá a sessão;
- 8.23. Aquele que ensejar declaração falsa, ou que dela tenha conhecimento, nos termos do art. 299 do Código Penal, ficará sujeito às penas de reclusão, de um a cinco anos, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular, independente da penalidade estabelecida nos arts. 86 a 88 da Lei nº 8.666/93.

9. ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 9.1. A Comissão de Licitação examinará os documentos de habilitação dos licitantes que cumpram as condições de participação estabelecidas neste Edital e julgará habilitados os licitantes que atenderem integralmente os requisitos de habilitação exigidos neste instrumento convocatório.
- 9.2. A Declaração referente à situação de cada licitante será assinada pelos membros da Comissão de Licitação e pelos representantes dos licitantes, ou por comissão por eles nomeada, e juntada aos demais documentos apresentados pelo respectivo licitante.
- 9.3. Se nenhum licitante restar habilitado, o CREA-SP reabrirá a fase de habilitação, com nova convocação de todos os licitantes para apresentar os respectivos documentos, no prazo de 08 (oito) dias úteis, observando a identificação do envelope na forma da alínea “b.2.1”



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

do preâmbulo do Edital, bem como toda a documentação exigida no item “8 – da habilitação” deste Edital.

10. DA PROPOSTA TÉCNICA - ENVELOPE “2”

10.1. Os critérios gerais referentes a proposta técnica estão definidos no item “23.1.1 – proposta técnica” do Projeto Básico – Anexo I deste Edital.

11. DA PROPOSTA DE PREÇO – ENVELOPE Nº 3

11.1. O licitante deverá apresentar a proposta, em papel timbrado da empresa, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada.

11.2. A proposta comercial deverá conter os valores/percentuais de redução para prestação dos serviços objeto desta licitação.

11.3 O prazo de validade das propostas é de no mínimo 90 (noventa) dias, contados da data estipulada para sua entrega e, se maior, deverá ser explicitado na proposta.

11.3.1 Na falta de indicação expressa do prazo de validade da proposta, este será considerado como de 90 (noventa) dias.

11.4. O valor deverá ser apresentado em moeda corrente nacional, fixo e irrevogável, para o período da contratação.

11.5. Para fins de assinatura da futura Ata/Contrato, informar:

- a) Razão Social;
- b) CNPJ, Inscrição Estadual e Municipal;
- c) Endereço completo da empresa, inclusive CEP;
- d) Telefone e *e-mail* do Representante Legal, Preposto e Testemunha;
- e) Nome, número do CPF, número do RG e cargo do **Representante Legal** da empresa com poderes para assinatura da Ata/Contrato;
- f) Nome, número do CPF, número do RG do responsável (**Preposto**), que deverá ser mantido, aceito pelo CREA-SP, para representá-la na execução da Ata/Contrato.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

g) Nome, número do CPF, número do RG do responsável (**Testemunha**), que deverá assinar a Ata/Contrato.

12. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA TÉCNICA

12.1. As Propostas Técnicas dos licitantes habilitados serão examinadas pela Comissão de Licitação do CREA-SP quanto ao atendimento às condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

12.2. A Proposta Técnica poderá ser desclassificada por motivo relacionado com a habilitação, em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento da habilitação, conforme estabelece o art. 43, § 5º da Lei nº 8.666/93, e suas atualizações.

12.3. A Comissão de Licitações do CREA-SP suspenderá a sessão e baixará o processo em diligência para análise da proposta técnica, que será realizada pela Gerência de Projetos e Engenharia - GPE deste Regional.

12.3.1. Caberá à Gerência de Projetos e Engenharia – GPE:

a) Análise individualizada e julgamento dos conteúdos dos envelopes nº 2 (Proposta Técnica) de todos os licitantes de acordo com os critérios especificados neste Edital;

b) Elaboração e emissão de relatório detalhado acerca da análise das propostas técnicas, para subsidiar a decisão da Comissão.

12.4. A Comissão de Licitação cuidará para que a interpretação e aplicação das regras estabelecidas neste Edital busquem o atingimento das finalidades da licitação e, conforme o caso, poderão relevar aspectos puramente formais nos documentos de habilitação e nas propostas dos licitantes, desde que não comprometam a lisura e o caráter competitivo desta concorrência e contribuam para assegurar a contratação da proposta mais vantajosa, nos termos do art. 3º, *caput*, da Lei 8.666/93.

13. DIVULGAÇÃO DOS ATOS LICITATÓRIOS

13.1. A juízo da Comissão de Licitação, todas as decisões referentes a esta Concorrência poderão ser divulgadas conforme a seguir, ressalvadas aquelas cuja publicação no Diário Oficial da União é obrigatória:

a) Nas sessões de abertura de envelopes;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

- b) Por qualquer outro meio que permita a comprovação inequívoca do recebimento da comunicação pelos licitantes.

14. RECURSOS ADMINISTRATIVOS

14.1. Eventuais recursos referentes a presente Concorrência deverão ser interpostos no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, em petição escrita dirigida à autoridade competente do CREA-SP, por intermédio da Comissão de Licitação, em uma das seguintes formas:

- a) Protocolizado na Unidade de Licitações – UL, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1059 – 8º andar, Pinheiros, São Paulo, SP, em dias úteis de segunda a sexta-feira, no horário das 8h30min às 16h30min;
- b) Pelo *e-mail* eletrônico: compras.licitacao@creasp.org.br.

14.2. Interposto o recurso, o fato será comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

14.3. Recebida(s) a(s) impugnação(ões), ou esgotado o prazo para tanto, a Comissão de Licitação poderá reconsiderar a sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou, no mesmo prazo, submeter o recurso, devidamente instruído, e respectiva(s) impugnação(ões) à autoridade competente, que decidirá em 05 (cinco) dias úteis contados de seu recebimento.

14.4. Não será conhecido o recurso interposto fora do prazo legal ou subscrito por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo como representante do licitante.

14.5. Será franqueada aos interessados, desde a data do início do prazo para interposição de recursos ou impugnações até o seu término, vista ao processo desta Concorrência, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1059, 8º andar – Pinheiros, São Paulo, SP, nos dias e horários já mencionados.

14.6. Os recursos das decisões referentes à habilitação ou inabilitação de licitante e ao julgamento das Propostas Técnica e de Preços terão efeito suspensivo, podendo a Comissão de Licitação, motivadamente e se houver interesse para o CREA-SP, atribuir efeito suspensivo aos recursos interpostos contra outras decisões.

15. PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

15.1. Serão realizadas sessões públicas, observados os procedimentos previstos neste Edital e na legislação, das quais serão lavradas atas circunstanciadas dos atos e fatos dignos de registro, assinadas pelos membros da Comissão de Licitação e pelos representantes dos licitantes presentes.

15.1.1. A participação de representante de qualquer licitante dar-se-á mediante a prévia entrega de documento hábil, conforme estabelecido no item “4 – das condições para participação e credenciamento do representante” deste Edital.

15.1.2. Os representantes dos licitantes presentes poderão nomear comissão constituída de alguns entre eles para, em seu nome, tomar conhecimento e rubricar os documentos de habilitação e as propostas nas sessões públicas.

15.1.3. A análise dos documentos de habilitação dos licitantes, o julgamento das propostas técnicas e de preços e o julgamento final da Concorrência serão efetuados exclusivamente com base nos critérios especificados neste Edital.

15.1.4. Antes do aviso oficial do resultado desta Concorrência, não serão fornecidas, a quem quer que seja, quaisquer informações referentes à análise, avaliação ou comparação entre as Propostas Técnica e de Preços ou adjudicação do objeto da licitação à vencedora.

15.1.5. Qualquer tentativa de licitante influenciar a Comissão de Licitação no processo de julgamento das Propostas Técnica e de Preços resultará na sua desclassificação.

15.1.6. Por ocasião da abertura dos envelopes de habilitação, proposta técnica e proposta de preço, para rubrica dos conteúdos pela Comissão de Licitação e pelos licitantes, não será permitida a retirada de documentos do recinto da sessão pública, nem a sua reprodução sob qualquer forma, inclusive por meio de fotos.

15.1.7. A Comissão de Licitação poderá alterar as datas ou as pautas das sessões, antecipá-las ou mesmo suspendê-las, em função do desenvolvimento dos trabalhos, obedecidas as normas legais aplicáveis.

PRIMEIRA SESSÃO

15.2. A primeira sessão pública será realizada no dia, hora e local previstos na alínea “b” do preâmbulo deste Edital e terá a seguinte pauta:

a) Identificar os representantes dos licitantes presentes e colher suas assinaturas na lista de presença;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

- b) Verificar o cumprimento das condições de participação, nos termos do item “4 – das condições para participação e credenciamento do representante” deste Edital e registrar em ata eventuais casos de descumprimento;
- c) Receber dos licitantes em condições de participação os envelopes nº 1, nº 2 e nº 3 cujos fechos serão rubricados pelos membros da Comissão de Licitação e pelos representantes dos licitantes presentes ou por comissão por eles indicada, os quais ficarão sob a responsabilidade da Comissão de Licitação;
- d) Conferir a conformidade de apresentação dos envelopes com as disposições deste Edital;
- e) Abrir os envelopes nº 1, cujos documentos serão rubricados pelos membros da Comissão de Licitação e pelos representantes dos licitantes presentes ou por comissão por eles indicada;
- f) Analisar os documentos de habilitação, observado o atendimento ao disposto neste Edital, seu Projeto Básico e respectivos Anexos deste, bem como na legislação em vigor;
- g) Colocar à disposição dos representantes dos licitantes, para exame, os documentos integrantes dos envelopes nº 1;
- h) Dar conhecimento do resultado da habilitação e informar que será publicado na forma do item “13 – divulgação dos atos licitatórios”, com a indicação dos licitantes habilitados e inabilitados, abrindo-se prazo de 05 (cinco) dias úteis para interposição de recurso, conforme disposto na alínea “a” do inciso I do art. 109 da Lei nº 8.666/1993.

15.2.1. Os envelopes nº 2 e nº 3, com a Proposta Técnica e Proposta de Preços, respectivamente, dos licitantes só serão recebidos pela Comissão de Licitação se:

- I) Estiver identificado;
- II) Não estiver danificado ou deformado pelos materiais ou demais documentos nele acondicionados, de modo a impossibilitar a identificação do licitante, ou prejudicar a avaliação de seu conteúdo.

15.2.1.1. Na ocorrência de qualquer das hipóteses acima previstas, a Comissão de Licitação não receberá os envelopes nº 2 (Proposta Técnica) e nº 3 (Proposta de Preços).

15.2.2. Por ocasião da consulta ao SICAF, serão impressas as declarações de Situação do Fornecedor dos licitantes cadastrados, que serão assinadas pelos membros da Comissão



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

de Licitação e pelos representantes dos licitantes, ou por comissão por eles nomeada, as quais serão juntadas aos demais documentos apresentados pelo respectivo licitante.

15.2.3. Ao dar conhecimento do resultado da habilitação e estando presentes todos os representantes dos licitantes, a Comissão de Licitação poderá verificar a possibilidade de antecipar a pauta da segunda sessão.

SEGUNDA SESSÃO

15.3. Não tendo sido interposto recurso na fase de habilitação, ou tendo havido a sua desistência ou, ainda, tendo sido julgados os recursos interpostos, a Comissão de Licitação convocará os licitantes, para participar da segunda sessão pública, com a seguinte pauta:

- a) Identificar os representantes dos licitantes presentes e colher suas assinaturas na lista de presença;
- b) Retirar e rubricar o conteúdo dos envelopes nº 2 de todos os licitantes;
- c) Colocar à disposição dos representantes dos licitantes, para exame e rubrica, os documentos que constituem os envelopes nº 2 dos licitantes habilitados;
- d) Informar que os licitantes serão convocados para a próxima sessão na forma do que consta no item “13 – divulgação dos atos licitatórios” deste Edital.

15.3.1. Antes de serem abertos para rubrica dos conteúdos pelos presentes na segunda sessão, os envelopes nº 2, com a Proposta Técnica, devem ser apresentados a todos os licitantes, permitindo que verifiquem estar todos lacrados e em conformidade com as assinaturas feitas na sessão anterior.

15.3.2. Se, ao examinar o conteúdo dos envelopes nº 2, a Comissão de Licitação ou os representantes dos licitantes constatarem ocorrência(s) que possibilite(m), qualquer tipo de manuseios fora dos padrões estipulados neste Edital, bem como inequivocamente expresse algum tipo de vantagem a algum licitante, a Comissão de Licitação desclassificará o licitante e ficará de posse de todos os seus envelopes até que expire o prazo para recursos relativos a essa fase.

15.3.3. Abertos os envelopes nº 2, os licitantes não poderão desistir de suas Propostas, a não ser por motivo justo, decorrente de fato superveniente, e aceito pela Comissão de Licitação.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

15.3.4. Os envelopes dos licitantes inabilitados ficarão à disposição dos respectivos interessados por 30 (trinta) dias, contados do encerramento da licitação. Decorrido esse prazo sem que sejam retirados, a Comissão de Licitação providenciará sua destruição.

15.4. Se os licitantes estiverem expressamente de acordo com as decisões tomadas pela Comissão de Licitação na segunda sessão, serão adotados, os procedimentos descritos no item “12 – julgamento da proposta técnica” e seus subitens deste Edital.

TERCEIRA SESSÃO

15.5. Após receber da Gerência de Projetos e Engenharia - GPE o relatório detalhado da análise das Propostas Técnicas constantes dos envelopes nº 2, a Comissão de Licitação e não tendo sido interposto recurso, ou tendo havido a sua desistência ou, ainda, tendo sido julgados os recursos interpostos, a Comissão de Licitação convocará os licitantes classificados no julgamento das Propostas Técnicas, para participar da terceira sessão pública, com a seguinte pauta básica:

- a) Identificar os representantes dos licitantes classificados presentes e colher suas assinaturas na lista de presença;
- b) Abrir os envelopes nº 3, com as Propostas de Preços, cujos documentos serão rubricados pelos membros da Comissão de Licitação e pelos representantes dos licitantes presentes ou por comissão por eles indicada;
- c) Colocar à disposição dos representantes dos licitantes, para exame, os documentos integrantes dos envelopes nº 3;
- d) Analisar o cumprimento, pelos licitantes, das exigências deste Edital para a elaboração das Propostas de Preços e julgá-las de acordo com os critérios nele especificados;
- e) Identificar a Nota Técnica (NT) de cada licitante, conforme disposto neste Edital;
- f) Identificar a Nota de Preço (NP) de cada licitante, conforme disposto neste Edital;
- g) Identificar a Nota Final (NF) de cada licitante, conforme disposto neste Edital, e;
- h) Informar que o resultado do julgamento das Propostas de Preços e do julgamento final da concorrência será publicado na forma do item “13 – divulgação dos atos licitatórios”, com a indicação da ordem de classificação, abrindo-se prazo para interposição de recurso, conforme disposto no item “14 – recursos administrativos” deste Edital.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

15.6. Além das demais atribuições, previstas neste Edital, caberá à Gerência de Projetos e Engenharia - GPE manifestar-se em caso de eventuais recursos de licitantes, relativos ao julgamento das Propostas Técnicas, a partir de solicitação da Comissão de Licitação.

16. JULGAMENTO FINAL DA CONCORRÊNCIA

16.1. O julgamento final desta concorrência será feito de acordo com os ritos previstos no item “23 - critérios de seleção - proposta técnica e subitens” do Projeto Básico – Anexo I deste Edital.

17. HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

17.1. Não tendo sido interposto recurso no julgamento final da Concorrência, ou tendo havido a sua desistência ou, ainda, tendo sido julgados os recursos interpostos, será homologado o resultado desta Concorrência e, assim, aprovada a adjudicação do seu objeto ao licitante vencedor, observado o disposto neste Edital.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. Além daquelas constantes no Anexo I - Projeto Básico, comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666/93, o licitante/adjudicatário que:

18.1.1. Não assinar a Ata/Contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

18.1.2. Apresentar documentação falsa;

18.1.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

18.1.4. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

18.1.5. Não manter a proposta;

18.1.6. Cometer fraude fiscal;

18.1.7. Comportar-se de modo inidôneo.

18.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

18.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações acima discriminadas ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

18.3.1. **Advertência** por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

18.3.2. **Multa** de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do item prejudicado pela conduta do licitante;

18.3.3. **Suspensão de licitar e impedimento de contratar** com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

18.3.4. **Impedimento** de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 05 (cinco) anos;

18.4. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem “18.1” deste instrumento.

18.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

18.6. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

18.6.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

18.6.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

18.6.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

18.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

18.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

18.9. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

18.10. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no item “27.1 – sanções administrativas” do Anexo I -Projeto Básico.

19. DOS DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

19.1. Os deveres e responsabilidades da Contratante são os estabelecidos no item “10 – deveres e responsabilidades da contratante” do Anexo I - Projeto Básico deste Edital.

20. DOS DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

20.1. Os deveres e responsabilidades da Contratada são os estabelecidos no item “11 – deveres e responsabilidades da contratada” do Anexo I - Projeto Básico deste Edital.

21. DA GARANTIA CONTRATUAL

21.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

21. DA FORMA DE PAGAMENTO EM FUNÇÃO DOS RESULTADOS

21.1. O prazo para pagamento à contratada e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no item “14 – forma de pagamento em função dos resultados” do Anexo I - Projeto Básico deste Edital.

21.1.1. É admitida a cessão de crédito decorrente da contratação de que trata este instrumento convocatório, nos termos do previsto na minuta contratual anexa a este Edital.

22. DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1. É facultada à Comissão de Licitação ou autoridade superior, em qualquer fase desta concorrência, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo licitatório, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente dos Documentos de Habilitação ou das Propostas Técnica e de Preços.

22.2. A Comissão de Licitação poderá, a qualquer momento, por motivos de preservação do interesse público, solicitar esclarecimentos quanto a detalhes considerados



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

técnicos e complementares na Proposta Técnica, não podendo, sob hipótese alguma, acrescentar ou suprimir qualquer elemento presente.

22.3. Até a assinatura do contrato, o licitante vencedor poderá ser inabilitado ou desclassificado se o CREA-SP tiver conhecimento de fato desabonador à sua classificação técnica ou à sua habilitação, conhecido após o julgamento de cada fase.

22.3.1. Se ocorrer inabilitação ou desclassificação do licitante vencedor, por fatos referidos no subitem precedente, o CREA-SP poderá convocar os licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação das Propostas Técnicas ou revogar esta concorrência.

22.4. Se, durante a execução do contrato, o instrumento firmado com a Contratada não for prorrogado, ou for rescindido, nos casos previstos na legislação e no contrato, o CREA-SP poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação das Propostas Técnicas, para dar continuidade à execução do objeto, desde que concordem e se disponham a cumprir todas as condições e exigências a que estiver sujeita o signatário do contrato.

22.5. É vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fato sigiloso, secreto ou reservado que possa ainda que indiretamente, elidir o princípio da igualdade entre os licitantes.

22.6. Se houver indícios de conluio entre os licitantes ou de qualquer outro ato de má-fé, o CREA-SP comunicará os fatos para as providências devidas.

22.7. É proibido a qualquer licitante tentar impedir o curso normal do processo licitatório mediante a utilização de recursos ou de meios meramente protelatórios, sujeitando-se o autor às sanções legais e administrativas aplicáveis, conforme dispõe o art. 93 da Lei nº 8.666/93.

22.8. Antes do aviso oficial do resultado desta concorrência, não serão fornecidas, a quem quer que sejam, quaisquer informações referentes à adjudicação do contrato ou à análise, avaliação ou comparação entre as propostas.

22.9. A critério do CREA-SP, esta licitação poderá ser:

- a) Anulada, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado;
- b) Revogada, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado.

22.10. Mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, esta concorrência será anulada se ocorrer ilegalidade em seu processamento e poderá ser revogada, em qualquer de

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

suas fases, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.

22.10.1. A nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato, sem prejuízo do disposto no parágrafo único do art. 59 da Lei nº 8.666/93.

22.10.2. O CREA-SP poderá cancelar de pleno direito a nota de empenho que vier a ser emitida em decorrência desta licitação, bem como rescindir o contrato, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, desde que motivado o ato e assegurados o contraditório e a ampla defesa, caso a adjudicação seja anulada, em virtude de qualquer dispositivo legal que a autorize.

22.11. Antes da data marcada para o recebimento dos envelopes com os Documentos de Habilitação e as Propostas Técnicas e de Preços, a Comissão de Licitação poderá, por motivo de interesse público, por sua iniciativa, em consequência de solicitações de esclarecimentos ou de impugnações, alterar este Edital, ressalvado que será reaberto o prazo inicialmente estabelecido para apresentação dos Documentos de Habilitação e das Propostas, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das Propostas.

22.12. Correrão por conta do CREA-SP as despesas que incidirem sobre a formalização do contrato, incluídas as decorrentes de sua publicação, que deverá ser efetivada em extrato, no Diário Oficial da União, na forma prevista no parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93.

22.13. As questões suscitadas por este Edital que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no Juízo da Justiça Federal de São Paulo.

São Paulo, 05 de outubro de 2023.

Original Assinado por
Evandro Vieira Gonçalves
Superintendente Administrativo Financeiro
Portaria nº 15/2022



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

ANEXO I PROJETO BÁSICO

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. Ata de registro de preço para prestação de serviços técnicos especializados de engenharia e arquitetura para o monitoramento, supervisão e avaliações técnicas.

2. JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Atualmente o Crea - SP ocupa 185 (cento e oitenta e cinco) edificações no Estado de São Paulo onde se fazem necessárias atividades de manutenção predial e adaptação dos imóveis, para que sejam garantidas as condições de conforto, acesso e segurança das edificações.

A licitação em tela visa acompanhar as eventuais necessidades de obras e adaptações dos imóveis, bem como a elaboração de laudos técnicos, estudos, avaliações, acompanhamentos e análises relacionadas as áreas de engenharia e arquitetura, serviços que exigem conhecimentos técnicos especializados, de instalações prediais civis, elétricas, eletrônicas, hidráulicas, sanitárias e outras no mesmo nível de complexidade.

A justificativa detalhada da necessidade segue apresentada no Estudo Técnico Preliminar.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A execução dos serviços se dará pela prestação de serviços técnico especializado medidos por hora/homem ou mês/homem conforme a demanda necessária, orçada e aprovada pela área gestora e pela emissão de Nota de Empenho e Ordem de Serviço. A quantificação e orçamento dos serviços será realizado considerando as tipologias dos serviços a serem acompanhados e valores estabelecidos em Ata de registro de Preço.

3.2. Para estimativa das quantidades e preço, foram previstos dois tipos de prestação de serviços:

3.2.1. Acompanhamento de obras/manutenções predias;

3.2.2. Neste serviço está previsto o acompanhamento in loco das obras/manutenções predias por profissionais habilitados e com apoio técnico administrativo necessário para



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

supervisionar a qualidade dos serviços prestados por terceiros, apontando falhas, solicitando reparos, analisando planilhas orçamentárias, verificando medições, dentre outros necessários.

3.2.3. Elaboração de laudos, estudos, análises e avaliações;

3.2.3.1. Neste serviço estão previstas a elaboração de laudos, análises e avaliações relacionados a engenharia/arquitetura demandados pelo CREA-SP conforme a necessidade.

3.2.4. Cabe ressaltar que, os serviços prestados não se restringem as atividades previstas, podendo ser executadas quaisquer atividades relacionadas as atribuições de engenharia e arquitetura desde que não exista outra contratação vigente entre o CREA-SP e outra empresa contratada para tal objeto.

4. DETALHAMENTO E ESPECIFICAÇÕES

4.1. A CONTRATADA deverá adotar práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, no que couber, visando à efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental nos editais de licitação promovidos pela Administração Pública.

4.2. Trata-se de uma contratação que não está enquadrada no modelo de dedicação exclusiva de mão de obra, ou seja, não há obrigatoriedade de que os prestadores de serviços fiquem à disposição nas dependências do Conselho, na mesma linha, não há obrigatoriedade de que a CONTRATADA disponibilize materiais ou equipamentos de forma exclusiva, podendo retirá-los do ambiente do Crea-SP, a seu critério.

4.3. Trata-se de um contrato de prestação de serviços, e não de cessão de mão de obra. Entretanto, as licitantes deverão atentar que estão previstos serviços que deverão ser realizados periodicamente, inclusive em expediente noturno e nos finais de semana, respeitando-se as restrições de horários e áreas definidas neste Projeto Básico.

4.4. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, a PROPONENTE poderá realizar vistoria nas instalações de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim.

4.5. Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções das especificações e termos ora fornecidos não poderão, em nenhuma hipótese, constituir pretexto para a CONTRATADA cobrar serviços extras e/ou alterar a composição de seus preços unitários. Considerar-se-á, inapelavelmente, a CONTRATADA como altamente



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

especializada nos serviços objeto da contratação, o que significa que deverão ser computados, nos preços unitários ou no BDI propostos, todos os custos diretos e indiretos, treinamentos, reciclagens, tributos, tarifas, encargos sociais etc., necessários à completa e correta execução dos serviços. Não será admitida reivindicação de alteração dos preços unitários ou global sob alegações tais como dados incompletos ou insuficientemente detalhados, quantitativos incorretos, dificuldades em entrega de serviços especificados no prazo, entre outros.

5. Vistoria Técnica

5.1. A vistoria técnica é facultativa e representará a oportunidade para as licitantes interessadas conhecerem as características e especificações, condições especiais ou dificuldades que possam interferir na execução dos trabalhos, além de fazerem todos os questionamentos e solicitações técnicas que acharem necessários para elaboração de suas propostas, não cabendo ao Crea-SP nenhuma responsabilidade em função de insuficiência dos dados levantados por ocasião da vistoria técnica ou pela não realização da vistoria técnica facultativa.

5.2. Assim sendo, caso a licitante que venha a ser contratada não tenha realizado a vistoria, não poderá deixar de realizar o serviço nos termos e condições pactuadas, sob a alegação de não ter tido ciência de tais condições. A vistoria técnica facultativa poderá ser realizada pelas licitantes para efetivo conhecimento dos serviços e condições que possam influir na elaboração da sua proposta. Deverá ser realizada por representante designado com credencial assinada pelo responsável da empresa (Diretor, Gerente ou Procurador), conferindo-lhe poderes para vistoriar as localidades onde serão prestados os serviços.

5.3. Para o agendamento da Vistoria Técnica Facultativa, os interessados deverão manter contato com a Eng. Civil Camila Mariana de Jesus Pereira, pelo e-mail camila.pereira@creasp.org.br a quem deverão ser encaminhadas as credenciais dos representantes até a data anterior à agendada para a vistoria técnica.

5.4. Os representantes credenciados pela licitante para a realização da vistoria técnica deverão se apresentar no local estabelecido, nas datas e horários agendados onde, após o seu encerramento, assinarão a Lista de Presença.

5.5. Quando realizada a vistoria técnica pelos interessados, o representante do Crea-SP fornecerá Atestado de Vistoria Técnica.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

5.6. Sendo facultativa a vistoria técnica, a não realização desta não será motivo de inabilitação, porém a licitante deverá incluir nos documentos de habilitação, a declaração de que concorda com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos e que, de pelo conhecimento dessas condições pré-existentes, assume a execução do objeto e isenta o Conselho de toda e qualquer responsabilidade pela ocorrência de eventuais prejuízos que possa a vir a sofrer, em virtude de sua omissão na verificação das condições do local de execução do objeto do certame.

6. Natureza do Serviço

6.1. Será celebrada Ata de Registro de Preços com Empresa especializada por um prazo de 12 (doze) meses. O critério de julgamento adotado será o de menor preço.

7. Critérios de Sustentabilidade

7.1. A execução do contrato deverá prever, no que couber, práticas de sustentabilidade nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010.

7.2. Preferência por produtos de baixo impacto ambiental;

7.3. Não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos; Preferência para produtos reciclados e recicláveis, bem como para bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis (Lei 12.305/2010);

7.4. Aquisição de produtos e equipamentos duráveis, reparáveis e que possam ser aperfeiçoados; e

7.5. Adoção de procedimentos racionais quando da tomada de decisão de consumo, observando-se a necessidade, oportunidade e economicidade dos produtos a serem adquiridos.

8. Prazo de Execução

8.1. Será celebrada Ata de Registro de Preços com empresa especializada por um prazo de 12 (doze) meses. Os serviços contratados terão seus prazos estabelecidos, conforme cada particularidade, em Ordem de Serviço específica.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

8.2. Apresentar Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, antes do início da prestação dos serviços contratados, após 5 (cinco) dias úteis da assinatura do contrato.

9. Transição Contratual

Não se aplica.

10. DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

10.2. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

10.3. Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do Contrato.

10.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA por meio de um fiscal.

10.5. Colocar à disposição da CONTRATADA os elementos e informações necessárias à consecução do objeto do Contrato.

10.6. Atestar a entrega do objeto, receber e promover o pagamento das faturas correspondentes, quando apresentadas na forma estabelecida neste Projeto.

10.7. Aplicar à CONTRATADA as penalidades contratuais e regulamentares cabíveis, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

10.8. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

10.9. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por funcionário designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as proficiências cabíveis.

10.10. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação dos serviços, de acordo

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

com as medições feitas, mediante atestação pelo fiscal do Contrato.

10.11. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor dos serviços da CONTRATADA, em conformidade com o Anexo XI, Item 6, da Instrução Normativa (MPOG/SEGES) nº 5, de 26 de maio de 2017.

10.12. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do Contrato.

10.13. Assegurar-se da qualidade dos serviços, verificando sempre o seu bom desempenho.

10.14. Emitir pareceres em todos os atos relativos à execução do Contrato, em especial quando da aplicação de sanções e eventuais alterações contratuais e realização de repactuações.

10.15. Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:

10.15.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto;

10.15.2. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da CONTRATADA, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado.

10.16. Considerar os trabalhadores da CONTRATADA como colaboradores eventuais do próprio Órgão ou entidade responsável pela contratação.

10.17. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

10.18. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

10.19. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

10.20. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada.

11. DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

11.1. Fornecer, para cada ordem de serviço, aos seus empregados dispositivo ou produto, em perfeito estado de conservação e funcionamento, de uso individual utilizado pelo trabalhador, considerado como Equipamento de Proteção Individual - EPI, com Certificado de Aprovação - CA, necessários e adequados ao desenvolvimento de cada tarefa nas diversas etapas da obra, destinado à proteção de riscos suscetíveis de ameaças e a saúde no trabalho, em conformidade com a Norma Regulamentadora nº 06(NR6) - Equipamento de Proteção Individual, aprovada pela Portaria nº 3.214, de 08 de junho de 1978 do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE.

11.2. Fornecer e instalar os Equipamentos de Proteção Coletiva - EPC, que se fizerem necessários, e cumprir as diretrizes de ordem administrativa, de planejamento e de organização que objetivam a implementação de medidas de controle e sistemas preventivos de segurança nos processos, em conformidade com a Norma Reguladora nº 18 (NR18) - Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção, aprovada pela Portaria nº 3.214, de 08 de junho de 1978, do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE.

11.3. Executar o contrato conforme especificações deste Projeto Básico e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos necessários a execução dos serviços, na qualidade e quantidade mínima especificadas neste Projeto Básico e em sua proposta.

11.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os Artigos 14º e 17º a 27º, do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990), ficando o Conselho autorizado a descontar da garantia prestada, caso exigido no Edital, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos.

11.5. Responsabilizar-se pela integridade de seus funcionários, devendo assumir a responsabilidade por todas as obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em decorrência da espécie, forem vítimas seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Crea-SP (NR18).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

11.6. Responsabilizar-se por todo e qualquer dano que venha a causar durante a execução dos serviços, assumindo o ônus e a execução dos respectivos reparos ou substituições, recompondo os locais porventura danificados.

11.7. Utilizar empregados habilitados e com conhecimento dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

11.8. Manter todos os profissionais, durante a execução dos serviços, devidamente uniformizados, identificando-os mediante crachás e provendo-os dos Equipamentos de Proteção Individual - EPI.

11.9. Apresentar à Administração, em seu Plano de Trabalho, a relação nominal dos empregados que adentrarão no Conselho para a execução do serviço e informar imediatamente quando houver alteração na composição da equipe.

11.10. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na Legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração.

11.11. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Projeto Básico e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual.

11.12. Orientar seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Conselho.

11.13. Relatar à Administração toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.

11.14. Indicar preposto, nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, por meio de documento escrito por mensagem eletrônica dirigida ao Conselho, contendo nome, endereço e telefone fixo comercial e telefone móvel da pessoa indicada, por intermédio do qual se viabiliza um canal de mútuo relacionamento com a Administração, concernente à execução dos serviços, sujeitando-se este, inclusive, à ampla e irrestrita fiscalização por parte do Crea-SP, cabendo-lhe prestar todos os esclarecimentos solicitados e acatar reclamações formuladas.

11.15. Fornecer uniformes a seus empregados condizentes com a atividade a ser desempenhada neste Conselho, sem qualquer repasse do custo para o empregado e/ou para



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

o Crea-SP. Os mesmos deverão ser utilizados em todo o período de desenvolvimento de trabalhos para facilitar a identificação do prestador do serviço.

11.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Conselho.

11.17. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Administração ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

11.18. Paralisar, por determinação da Administração, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.19. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Projeto Básico, no prazo determinado.

11.20. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos e nas melhores condições de segurança e disciplina.

11.21. Submeter previamente, por escrito, à Administração, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações deste Projeto Básico.

11.22. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por danos resultantes de caso fortuito ou de força maior, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Administração, de seus funcionários ou de terceiros.

11.23. Manter a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF e quando não for possível, a empresa contratada, cujos empregados vinculados ao serviço sejam regidos pela CLT, deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato os seguintes documentos:

11.23.1. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

11.23.2. Certidão Conjunta Relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

- 11.23.3.** Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual;
- 11.23.4.** Distrital e Municipal do domicílio ou sede da CONTRATADA;
- 11.23.5.** Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 11.23.6.** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- 11.24.** Responsabilizar-se, exclusivamente, por eventuais erros/equívocos no dimensionamento da proposta.
- 11.25.** Manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, comprovando-as, a qualquer tempo, mediante solicitação do Crea-SP.
- 11.26.** Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços/obras efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- 11.27.** A empresa contratada deverá:
- 11.27.1.** Ter registro ou visto ativo no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo – CREA-SP ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, de acordo com a natureza do serviço a ser prestado.
- 11.27.2.** Ter equipe multidisciplinar com registro ou visto ativo no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo – CREA-SP ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, de acordo com a natureza do serviço a ser prestado.
- 11.28.** Em cumprimento às diretrizes de Responsabilidade Socioambiental da CONTRATANTE, a CONTRATADA se compromete a:
- 11.28.1.** Não permitir a prática de trabalho análogo ao escravo ou qualquer outra forma de trabalho ilegal na execução de suas atividades, bem como implementar esforços junto aos seus respectivos fornecedores de produtos e serviços, a fim de que esses também se comprometam no mesmo sentido;
- 11.28.2.** Não empregar menores de 18 (dezoito) anos para trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesesseis) anos para qualquer trabalho, salvo na condição de menor aprendiz;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

11.28.3. Não permitir a prática ou a manutenção de atos discriminatórios que limitem o acesso à relação de emprego, bem como a implementar esforços nesse sentido junto aos seus respectivos fornecedores;

11.28.4. Buscar prevenir e erradicar práticas danosas ao meio ambiente, exercendo suas atividades em observância dos atos legais, normativos e administrativos relativos à produção, consumo e destinação dos resíduos sólidos de maneira sustentável, implementando ainda esforços nesse sentido junto aos seus respectivos fornecedores;

11.28.5. Comprovada a não observância dos preceitos acima, a CONTRATANTE notificará a CONTRATADA para a respectiva regularização. O não atendimento da notificação sujeitará a CONTRATADA às penalidades previstas contratualmente e até mesmo a inviabilização da renovação do pacto sem prejuízo das cominações legais.

11.29. A CONTRATADA deverá:

11.29.1. Obedecer ao disposto em legislação relativa à Segurança e Higiene do Trabalho, NR-18, sobre Condições e Meio Ambiente do Trabalho na Indústria da Construção Civil, NR-35, NR-10;

11.29.2. Informar à Fiscalização, antes da data indicada para início do serviço na Ordem de Início dos Serviços, a relação e qualificação dos funcionários envolvidos diretamente na execução dos serviços (nome, RG e CPF). Em caso de alteração no quadro de funcionários alocados para a execução do objeto do presente Projeto Básico, somente 24 (vinte e quatro) horas após a entrega de nova relação nominal, estará(ão) o(s) novo(s) funcionário(s) autorizado(s) a prestar(em) os serviços nas dependências da CONTRATANTE;

11.29.3. Executar serviços utilizando para isso mão de obra de pessoas idôneas, tecnicamente capacitadas, identificadas, com especial atenção à segurança, higiene e Equipamentos de Proteção Individual (EPI), de forma que os serviços atinjam o fim especificado;

11.29.4. Notificar previamente a CONTRATANTE, sempre que verificar a necessidade de substituição de membros da equipe técnica, para conhecimento e avaliação da Fiscalização;

11.29.5. Transportar por sua conta e risco o pessoal, os materiais, os equipamentos, os veículos ou as máquinas necessárias à execução dos serviços;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

11.29.6. Manter durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, comprovando-as, a qualquer tempo, mediante solicitação da Administração;

11.29.7. Cumprir os postulados legais vigentes de âmbito Federal, Estadual e Municipal que interfiram na execução dos serviços e nas normas internas de segurança e medicina do trabalho e meio ambiente, em especial NR6 do Ministério do Trabalho e Emprego, além de outras legislações, que sejam aplicáveis à execução específica da atividade;

11.29.8. Submeter-se às normas e condições expedidas pelo Crea-SP, quanto ao comportamento, discricção e urbanidade de seus empregados.

12. DEVERES E RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS

12.1. Caberá ao órgão gerenciador a prática dos atos de administração e de controle do registro de preços, assegurando-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas.

13. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

13.1. Rotinas de Execução:

13.1.1. Local de Execução: Todos os imóveis onde estão instaladas unidades/sedes do CREA-SP, e as unidades/sedes que vierem a ser instaladas no estado de São Paulo. O ANEXO I-B apresenta os endereços das unidades/sedes instaladas pelo CREA-SP no estado de São Paulo.

13.1.2. Horário de Execução: Qualquer dia e horário da semana, desde que em comum acordo com a fiscalização.

13.1.3. A mão de obra necessária a prestação de serviço de que trata o objeto desta licitação podem ser verificados na Planilha orçamentária anexa a este documento.

13.1.4. Surgida a demanda a Contratante comunicará a Contratada, que, a seu critério, realizará vistoria ao local e encaminhará planilha orçamentária contendo a descrição dos serviços, a mão de obra necessária e justificada, com especificações, quantitativos e preços unitários, aplicando-se a tabela de preços unitários registrado, com o desconto ofertado (Taxa de redução - TR) e a aplicação do Benefício de Despesas Indiretas – BDI ofertado, observado todo o disposto nesse documento e seus anexos.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

13.1.5. Anterior a emissão da ordem de serviço, serão estabelecidos em reunião prévia com a CONTRATANTE os requisitos técnicos que deverão ser observados, conforme as peculiaridades da obra /manutenção predial, bem como a periodicidade das vistorias.

13.1.6. Em até 3 (dias) após a reunião a CONTRATADA deverá encaminhará Planilha orçamentária para a prestação dos serviços, com base nos valores fixados em Ata de Registro de Preço;

13.1.7. Aprovada a Planilha orçamentária, a Contratante encaminhará a autorização de serviço (Ordem de Serviço), acompanhado do empenho e todos os documentos pertinentes para o beneficiário da ata de registro de preços.

13.1.8. A CONTRATADA deverá iniciar a execução dos serviços no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, independente do local de prestação dos serviços, contados da expedição da Ordem de Serviços de cada Contrato celebrado, que ocorrerá após a expedição da Ordem de Autorização de Empenho;

13.1.9. Anterior ao início dos serviços, após a assinatura do contrato, deverá ser emitida Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, pelo profissional responsável pelo acompanhamento.

13.1.10. Os serviços consistem em no acompanhamento in loco de obras/serviços de manutenção predial para supervisão da qualidade dos serviços prestados por empresas terceiras de acordo com o estabelecido nas Normas Técnicas Brasileiras, indicando e solicitando a necessidade de eventuais reparos e retrabalhos, análise de medições, elaboração de estudos, laudos, análises e avaliação, dentre outros necessários. Os serviços prestados não se restringem as atividades previstas, podendo ser executadas quaisquer atividades relacionadas as atribuições de engenharia e arquitetura desde que não exista outra contratação vigente entre o CREA-SP e outra empresa contratada para tal objeto.

13.1.11. O acompanhamento de obras/manutenções prediais tem como objetivo a verificação do atendimento as recomendações das Normas Técnicas Brasileiras pertinentes e as eventuais condicionantes fixadas em projeto e contrato de empresas terceiras. Deverão ser observados ainda o cumprimento das normas de segurança, de forma a orientar e prevenir acidentes.

13.1.12. Os prazos para a execução dos serviços serão definidos pela CONTRATANTE em conjunto com a CONTRATADA, nas autorizações de serviços (Ordem de Serviço), o qual levará em conta a complexidade da tipologia (complexidade), quantidade, entre outros fatores de relevância que influenciam diretamente na composição do prazo, para cada contrato a ser



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

celebrado.

13.1.13. Nos casos de acompanhamento de obras/manutenções prediais, após a conclusão dos serviços, ou até o dia 10 (dez) de cada mês (para os casos onde o serviço acompanhado ultrapasse o prazo de 30 dias) deverá ser encaminhado a fiscalização do contrato um relatório (versão digital) referente ao acompanhamento realizado, onde deverão ser apresentados resultados de todas as verificações realizadas.

13.1.14. Os Relatórios deverão conter minimamente: registros fotográficos das situações verificadas, informações qualitativas e quantitativas dos serviços acompanhados, ocorrências de obras e outras informações que julgarem pertinente.

13.1.15. A CONTRATADA deverá informar imediatamente a gestão do CONTRATO qualquer irregularidade que seja verificada.

13.1.16. No caso de atraso na execução dos serviços estabelecidos nas Ordens de Serviço, sem prévia justificativa e adequação dos cronogramas aceitas pela fiscalização do Contrato, serão aplicadas as sanções contratuais pertinentes.

13.1.17. A CONTRATADA deverá obedecer ao disposto em legislação relativa à Segurança e Higiene do Trabalho, NR-18 sobre Condições e Meio Ambiente do Trabalho na Indústria da Construção Civil, NR-35, NR-10.

13.1.18. Informar à fiscalização, antes da data indicada para início do serviço na Ordem de Início de Serviços, a relação e qualificação dos funcionários envolvidos diretamente na execução dos serviços (nome, RG e CPF). Em caso de alteração no quadro de funcionários alocados para a execução do objeto do presente Projeto Básico, somente 24 (vinte e quatro) horas após a entrega de nova relação nominal estará(ão) o(s) novo(s) funcionário(s) autorizado(s) a prestar(em) os serviços nas dependências do Conselho.

13.1.19. Dar ciência ao Crea-SP, através da fiscalização, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços, sem prejuízo de prévia comunicação verbal, caso a situação exija imediata providência.

13.1.20. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Administração durante a execução dos serviços, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente.

13.1.21. O responsável técnico da CONTRATADA deverá informar à Administração os números de telefone fixo e móvel, além do e-mail para contato, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de início indicada para início dos serviços na Ordem de Início dos



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

Serviços.

13.1.22. A emissão da Nota Fiscal/Fatura em relação a execução dos serviços deve ser precedida do recebimento provisório e definitivo da respectiva etapa, nos termos abaixo:

13.1.22.1. Ao final de cada etapa da execução contratual, a Contratada apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, através de planilha.

13.1.22.2. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, estiverem executados em sua totalidade.

13.1.23. O recebimento provisório será realizado pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

13.1.23.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

13.1.23.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

13.1.23.3. A aprovação da medição prévia apresentada pela Contratada não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados.

13.1.24. No prazo de até 15 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

13.1.25. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

13.1.26. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

13.1.27. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

13.1.28. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

13.1.28.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

13.1.28.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

13.1.28.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base nos Critérios de medição apresentados no ANEXO I - C_CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO.

13.1.29. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

13.1.30. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

13.2. Quantidade Mínima de Bens ou Serviços para Comparação e Controle

13.2.1. Os serviços deverão ser desenvolvidos de forma a atender as Normas Técnicas Brasileiras pertinentes, bem como aos requisitos estabelecidos neste documento.

13.2.2. A execução dos serviços será iniciada em até 5 dias após a assinatura da Ordem de Serviço.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

13.3. Mecanismos Formais de Comunicação entre a Contratada e a Administração

13.3.1. Quando necessário, a CONTRATADA deve se reportar a Gerencia de Projetos e Engenharia do CREA-SP por e-mail ou contato telefônico.

14. Forma de Pagamento em Função dos Resultados

14.1. PAGAMENTO

14.1.1. O Crea-SP efetuará o pagamento até o 30º (trigésimo) dia após a finalização da prestação dos serviços, mediante apresentação de nota fiscal/fatura no prazo não inferior a 10 (dez) dias do seu vencimento, a qual deverá ser entregue na Sede Faria Lima, na Gerência de Projetos e Engenharia - GPE, localizada na Av. Brigadeiro Faria Lima, 1059 - 12º andar - Pinheiros - CEP 01452-920 - São Paulo/SP, ficando a CONTRATADA obrigada a manter durante a execução dos serviços os documentos abaixo relacionados acompanhados da nota fiscal/fatura:

14.1.1.1. Comprovante de regularidade com o Sistema de Seguridade Social - Certidão Negativa de Débito - CND;

14.1.1.2. Comprovante de Regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;

14.1.1.3. Certificado de Regularidade do FGTS - CRF;

14.1.1.4. Comprovante de regularidade com a Fazenda Federal - Certidão Conjunta Negativa; e

14.1.1.5. Comprovante de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis de Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei Federal nº 12.440, de 07 de julho de 2011 e da Resolução Administrativa do Tribunal Superior do Trabalho nº 1.470/2011.

14.1.2. As notas fiscais mensais devem conter, no mínimo, as seguintes informações:

14.1.2.1. Razão Social;

14.1.2.2. CNPJ;

14.1.2.3. Endereço do Crea-SP;

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

14.1.2.4. Número do Contrato;

14.1.2.5. Descrição dos serviços prestados conforme objeto contratual; e

14.1.2.6. Valor dos impostos e encargos incidentes e total cobrado do Crea-SP.

14.1.3. O Crea-SP verificará a regularidade prevista nos subitens acima, por ocasião do recebimento da nota fiscal/fatura antes mencionada.

14.1.4. Nenhum pagamento será realizado à CONTRATADA caso seja constatada a falta de regularidade prevista nos subitens acima, ficando o pagamento suspenso até sua efetiva regularização, sem que isto implique em qualquer ônus para o Crea-SP.

14.1.5. A nota fiscal/fatura será analisada, minimamente, quanto aos itens a seguir descritos:

14.1.5.1. Correlação entre os valores indicados na nota fiscal/fatura e o da proposta da empresa;

14.1.5.2. Ausência de emendas ou rasuras na nota fiscal/fatura;

14.1.5.3. O correto preenchimento dos dados do Crea-SP (nome, CNPJ, dados contratuais) e da discriminação dos serviços;

14.1.5.4. Pertinência dos cálculos aritméticos da nota fiscal/fatura - o valor total deverá corresponder ao somatório dos valores individuais lançados na mesma;

14.1.5.5. Correlação entre o valor da nota fiscal e os valores empenhados;

14.1.5.6. Correlação entre o CNPJ da CONTRATADA e o constante na proposta e na nota de empenho;

14.1.5.7. Verificação de autenticidade quando se tratar de Nota Fiscal Eletrônica.

14.1.6. Caso a nota fiscal apresente valor inferior ao correto a faturar, a empresa será cientificada da divergência ocorrida.

14.1.7. Em se tratando de nota fiscal com valor superior ao correto a faturar, a empresa poderá ser instada a autorizar a glosa da diferença apurada ou a substituição da nota fiscal, firmando-se o prazo máximo de 03 (três) dias úteis para atendimento.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

14.1.8. Caso não seja possível atestar a nota fiscal, esta será devolvida à empresa, acompanhada de comunicação oficial com a exposição dos motivos que ensejaram a não atestação, e o prazo referido no subitem anterior retornará à contagem inicial.

14.1.9. O Crea-SP efetuará a retenção de impostos eventualmente incidentes sobre o valor do serviço, conforme previsto na Lei Federal nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996 e Instrução Normativa (RFB) nº 1.234, de 30 de janeiro de 2012 e Anexo.

14.1.10. A CONTRATADA é responsável pelos encargos fiscais, trabalhistas e previdenciários incidentes sobre os serviços contratados.

14.1.11. Se a CONTRATADA descumprir qualquer termo ou condição a que se obrigar no presente certame, por sua exclusiva culpa, poderá a Administração reter o pagamento, até que seja sanado o respectivo inadimplemento, não sobrevivendo, portanto, qualquer ônus ao Conselho resultante desta situação.

14.1.12. Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento a que a proposta se referir.

14.1.13. O orçamento estimado pela Administração baseou-se nas planilhas referenciais SINAPI e SICRO.

14.1.14. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Crea-SP, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte forma, conforme previsto no ANEXO XI da IN 05/2017:

| | | |
|-----------|---|---|
| EM | = | $I \times N \times VP$, sendo: |
| EM | = | Encargos moratórios; |
| N | = | Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; |
| VP | = | Valor da parcela a ser paga; |
| I | = | Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado: |

| | | | |
|------------------------------------|-----|-----------|----------------|
| I = (TX) | I = | (6 / 100) | I = 0,00016438 |
| | | 365 | |
| TX = Percentual da taxa anual = 6% | | | |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

14.1.15. A revisão do valor contratual poderá ser concedida a qualquer momento quando ocorrerem fatos posteriores à contratação que:

14.1.15.1. Sejam imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis;

14.1.15.2. Decorrentes da ocorrência de caso fortuito ou força maior, ou;

14.1.15.3. Por situações geradas pela Administração Pública, por atos legítimos, mas que causam impacto nos contratos (chamado de “fato do príncipe”).

14.1.16. Dentro do prazo de vigência do contrato e a partir do pedido da contratada, os preços contratados poderão ser revisados, aplicando-se a correção quando devida.

15. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

15.1. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO:

15.1.1. Os Critérios de Medição seguem apresentado no ANEXO I - C_CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO. Anterior a emissão da Nota Fiscal, a empresa deve apresentar relatório de medição de seus próprios serviços, apontando claramente todas as atividades realizadas e folha de ponto assinada por seus profissionais, com o apontamento detalhado de todas as horas trabalhadas, unidades/sedes vistoriadas e veículos utilizados.

15.1.2. Os serviços serão avaliados pelo Fiscal do Serviço e/ou Gestor do Contrato com base nas especificações técnicas apresentadas nos projetos, memorial descritivo e Normas Técnicas pertinentes.

16. PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

16.1. A fiscalização ficará sob a responsabilidade da Gerência de Projetos e Engenharia – GPE.

16.2. O acompanhamento e a fiscalização da execução do Contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Administração, especialmente designados.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

16.3. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade do Conselho ou de seus agentes.

16.4. O representante da Administração deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.

16.5. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais.

16.6. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Projeto Básico, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

16.7. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.

16.8. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Projeto Básico na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual.

16.9. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

16.10. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

objeto.

16.11. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

16.12. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

16.13. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

16.14. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

16.15. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando está ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

16.16. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

17. BENS E SERVIÇOS

17.1. Apresentado no Anexo I – D – Planilha de formação de preço.

18. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

18.1. Para estimativa de quantidades o CREA-SP levou em consideração as necessidades de manutenção predial, obras e reformas identificadas através de contratação anterior – Processo 146/2021.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

18.2. A referida contratação vistoriou, identificou e caracterizou a necessidade de manutenção predial, reformas, obras e adaptações de acessibilidade em todas as unidades de atendimento do CREA-SP. Através disso, foi possível verificar que todas as unidades de atendimento necessitam de ações de engenharia, sejam elas caracterizadas como grau de risco mínimo, médio ou crítico de acordo com a Norma de Inspeção Predial Nacional do IBAPE. Estas ações de manutenção, obras, reformas e adaptações prediais devem ser realizadas para garantir o conforto, acesso e segurança das edificações, e devem ser executadas pelo CREA-SP e entidades de classe, conforme a responsabilidade contratual pelo imóvel.

18.3. Os serviços serão prestados por mês ou horas, efetivamente trabalhadas / utilizados, de acordo com a planilha (Anexo I - D).

18.4. Para estimativa de quantidade, foram consideradas duas principais necessidades:

18.5. Acompanhamento de obras/manutenções prediais;

18.6. Neste serviço está previsto o acompanhamento in loco das obras/manutenções prediais por profissionais habilitados e com apoio técnico administrativo necessário para supervisionar a qualidade dos serviços prestados por terceiros, apontando falhas, solicitando reparos, analisando planilhas orçamentárias, verificando medições, dentre outros necessários.

18.6.1. Foram estimadas seguintes especialidades e mão de obra:

- Engenheiro/arquiteto (a) Senior; para desempenho de função de coordenador de equipe.
- Engenheiro de segurança do trabalho; para desempenho de função de coordenador de equipe.
- Engenheiro Pleno; como líder de equipe e para acompanhamento de obras/manutenções prediais;
- Técnico de edificações: para atividades específicas a função no acompanhamento de obras/manutenções prediais;
- Auxiliar de engenharia: para atividades específicas a função na equipe de acompanhamento de obras/manutenções prediais;
- Auxiliar de escritório: para atividades específicas a função na equipe de acompanhamento de obras/manutenções prediais;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

- Técnico de segurança do trabalho: para atividades específicas a função na equipe de acompanhamento de obras/manutenções prediais;
- Veículos para deslocamento das equipes e coordenadores.

18.6.2. Atualmente o CREA-SP conta com 185 unidades de atendimento do CREA-SP, distribuídas pelo Estado de São Paulo. Considerando a hipótese em que metade das unidades de atendimento do CREA-SP (aproximadamente 102) executem obras simultâneas, distantes umas das outras, foram estimadas 9 equipes para acompanhamento de obras/manutenções prediais. Nesta condição, cada equipe ficaria responsável pelo acompanhamento de 11,33 obras/manutenções prediais. Desta forma foi estabelecida a seguinte composição das equipes:

- Equipe:
 - 1 Engenheiro/Arquiteto (a) coordenador Senior – estimado 1 para cada 2,33 equipes;
 - Engenheiro de segurança do trabalho – estimado 1 para cada 2,33 equipes;
 - Engenheiro Pleno – estimado 1 por equipe;
 - Técnico de edificações – estimado 1 por equipe;
 - Auxiliar de escritório – estimado 1 por equipe;
 - Técnico de segurança do trabalho – estimado 1 por equipe;

18.6.3. Elaboração de laudos, estudos, análises e avaliações;

18.6.3.1. Neste serviço estão previstas a elaboração de laudos, análises e avaliações relacionados a engenharia/arquitetura demandados pelo CREA-SP conforme a necessidade.

Foram estimadas seguintes especialidades e mão de obra:

- Engenheiro/arquiteto (a) Senior; para elaboração de laudos, estudos, análises.
- Auxiliar de engenharia: para apoio a elaboração de laudos, estudos e análises;
- Auxiliar de escritório: para apoio a elaboração de laudos, estudos e análises;
- Desenhista: para apoio a elaboração de laudos, estudos e análises;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

- Veículo para deslocamento da equipe.

18.6.4. Atualmente o CREA-SP conta com 185 unidades de atendimento do CREA-SP, distribuídas pelo Estado de São Paulo. Considerando a hipótese em que metade das unidades de atendimento do CREA-SP (aproximadamente 102) necessitam de laudos, estudos, análises e avaliações. Nesta condição, foram estimadas 2 equipes de profissionais para elaboração de 102 laudos. Desta forma foi estabelecida a seguinte composição das equipes, considerando o máximo de 30 horas de trabalho de profissional por laudo, sendo distribuídas da seguinte maneira.

- Equipe:
 - Engenheiro/arquiteto (a) Senior; 30 horas por laudo;
 - Auxiliar de engenharia: 24 horas por laudo;
 - Auxiliar de escritório: 16 horas por laudo;
 - Desenhista: 10 horas por laudo;

18.7. Cabe ressaltar que, os serviços prestados não se restringem as atividades previstas, podendo ser executadas quaisquer atividades relacionadas as atribuições de engenharia e arquitetura desde que não exista outra contratação vigente entre o CREA-SP e outra empresa contratada para tal objeto.

18.8. A planilha de estimativa de quantidades segue apresentada no ANEXO I-D.

19. PLANILHA PARA COTAÇÃO DE PREÇO

19.1. A Proposta comercial deve conter os percentuais de desconto para cada serviço (serviço 1 e serviço 2) conforme apresentados na planilha orçamentária (ANEXO I - D), o demonstrativo do BDI, e o valor total da Proposta com os descontos e BDI aplicados. O ANEXO I - E - PROPOSTA COMERCIAL, apresenta o modelo de apresentação da Proposta Comercial.

19.2. Nos preços cotados deverão estar inclusos todos os impostos, taxas, veículos, combustíveis, fornecimento de equipamentos de proteção individual e outras obrigações necessárias à perfeita execução do objeto contratual.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

20. FONTE DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

20.1. As despesas para atender a esta contratação estão programadas em dotação orçamentária da GERÊNCIA DE PROJETOS E ENGENHARIA - GPE, Centro de custo: 06.02.15.01.

21. LOCAIS DE ENTREGA

21.1. Todos os imóveis onde estão instaladas as Sedes/Unidades deste Conselho, e as Unidades que vierem a ser instaladas pelo Crea-SP em todo o Estado de São Paulo. O Anexo I - B apresenta os endereços das Sedes/Unidades instaladas pelo Conselho no Estado.

21.2. A Critério da Administração os serviços poderão ser prestados em quaisquer novas instalações a serem ocupadas pelo CREA-SP.

22. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

| | | | |
|------------------------------|----------------|------------------|--------------------|
| REGIME DE EXECUÇÃO | () Empreitada | () Preço Global | (X) Preço Unitário |
| ADJUDICAÇÃO DO OBJETO | (X) Global | () Por Lote | () Por Item |

22.1. Qualificação Técnica

22.1.1. A PROPONENTE deverá dispor de profissional qualificado bem como equipamento especializado para realização dos serviços, respeitando as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

22.1.2. A licitante deverá apresentar os seguintes documentos para a finalidade de habilitação quanto à qualificação técnica e requisitos da contratação:

22.1.2.1. Certidão de Registro de Pessoa Jurídica, expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - Crea e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU de seu Estado, e que comprove atividade relacionada com o objeto em tela, dentro do prazo de validade. Em caso de registro fora do Estado de São Paulo, deverá ser apresentado o devido visto no Crea-SP ou no CAU-SP antes da data prevista para o início da prestação dos serviços, consoante Resolução (Confea) nº 1.121, de 13 de dezembro de 2019.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

22.1.2.2. Comprovação técnico-operacional, mediante a apresentação de pelo menos 01 (um) Atestado, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da empresa, de execução de serviços com características similares.

22.1.3. Entende-se por execução de serviço pertinente e compatível em características e de complexidade técnica equivalente ao objeto desta licitação, o que segue:

22.1.3.1. Gerenciamento e/ou supervisão e/ou fiscalização e/ou acompanhamento de obras de reformas e/ou ampliações de edificações prediais.

22.1.3.2. Elaboração de projetos.

22.1.3.3. Os Atestados de Capacidade Técnico-Operacional deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária, especificadas no contrato social vigente.

22.1.3.4. Relação da equipe técnica cujo(s) profissional(is) comprove(m) que faz(em) parte do quadro da empresa, para atuar como responsável técnico pela execução dos serviços, conforme disposto na Resolução (Confea) nº 1.121, de 13 de dezembro de 2019, devendo ainda apresentar:

22.1.3.5. Certidão(ões) de Registro, emitida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - Crea ou do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado a que o(s) mesmo(s) estiver(em) vinculado(s), dentro do prazo de validade e que comprove(m) situação regular perante o mesmo, quanto a sua formação em nível superior - engenheiro e arquiteto - com competência para desempenho nas áreas de atividade pertinentes ao objeto, consoante Resolução (Confea) nº 1007, de 05 de dezembro de 2003 e Resolução (CAU/BR) nº 18, de 02 de março de 2012. Em caso de registro fora do Estado de São Paulo, deverá ser apresentado o devido visto no Crea-SP antes da data prevista para o início da prestação dos serviços.

22.1.3.6. Comprovação técnico-profissional, mediante apresentação de Atestado(s) fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome de um dos responsáveis técnicos mencionados no subitem acima, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico - CAT, devidamente registrada(s) no CREA / CAU, nos termos da Resolução (Confea) nº 1.025, de 30 de outubro de 2009 e Resolução (CAU/BR) nº 93, de 07 de novembro de 2014, que comprovem sua capacitação técnica para prestação de serviços de características semelhantes ao objeto em tela.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

22.1.4. Comprovação de que o Responsável Técnico detentor do acervo descrito possui vínculo profissional com a licitante. A comprovação deste vínculo se fará com a apresentação de um dos seguintes documentos:

22.1.4.1. Contrato de trabalho em que conste o profissional como Responsável Técnico.

22.1.4.2. Declaração indicando nome, CPF e número de registro do Crea ou CAU, informando que o Responsável Técnico detentor do Acervo mencionado nos itens acima acompanhará a execução dos serviços de que trata o objeto desta licitação.

| 23. Critérios de Seleção |
|---------------------------------|
| 23.1. Critérios Gerais |
| 23.1.1. Proposta Técnica |

23.1.1.1. Todos os documentos da proposta técnica devem ser apresentados no formato A4, fonte Arial 12, espaçamento simples, em linguagem clara, sem rasuras, obedecendo às limitações de páginas e normas estabelecidas por capítulo e disposições das alíneas que seguem:

23.1.1.1.1. Índice: máximo de 01 (uma) página, contendo, no mínimo a paginação de cada capítulo;

23.1.1.1.2. Apresentação: máximo de 02 (duas) páginas. Neste item devem ser apresentadas as informações relativas ao objeto da proposta, Edital e nome da licitante;

23.1.1.1.3. Admitir-se-á a utilização de outro tipo de fonte, exclusivamente, para a apresentação de quadros, fluxogramas, tabelas e ilustrações entre textos. Quando for necessário, utilizar papel A3 - este será contabilizado como equivalente a 02(duas) páginas, sendo que qualquer outro tamanho de página não será aceito; e

23.1.1.1.4. Os textos contidos em páginas que ultrapassem o limite máximo definido para cada item, ou que estejam em páginas de tamanho diferente do estabelecido, não serão objeto de qualquer análise para fins de atribuição de Nota de Proposta Técnica.

23.1.1.2. Conhecimento do Empreendimento e Problemas Potenciais (N1)

23.1.1.2.1. Utilizando a quantidade máxima de 10 (dez) páginas em tamanho A4, fonte Arial 12, com espaçamento simples, a licitante deverá demonstrar o conhecimento, sua visão e análise do objeto da presente licitação, através de uma abordagem sucinta e técnica-



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

conceitual dos serviços abrangendo:

23.1.1.2.1.1. Caracterização dos principais fatores físicos, sociais e de gestão que intervêm na realização dos serviços, hierarquizados na visão da licitante;

23.1.1.2.1.2. Principais aspectos do ambiente institucional, legislação e regulamentação a serem considerados para a viabilização dos serviços; e

23.1.1.2.1.3. Principais problemas que possam interferir na elaboração dos serviços.

23.1.1.2.2. Deverão ser fornecidas informações de caráter específico, destacando os principais problemas que, antecipadamente, se espera que venham a condicionar ou influenciar as metodologias sistemáticas a serem adotadas, assim como alternativas ou opções que se apresentem.

23.1.1.2.3. Especial cuidado deverá ser dado aos aspectos de planejamento e controle.

23.1.1.2.4. Metodologia e Plano de Trabalho (N2)

23.1.1.2.5. Neste item, dentro do limite máximo de 20 (vinte) páginas em formato A4, fonte Arial 12, com espaçamento simples, a licitante deverá expor o plano de trabalho, seus métodos e sistemas de trabalho, que deverá ser decorrente do conhecimento do problema (caracterização dos serviços e de sua área de influência), e abrangerá os seguintes tópicos:

23.1.1.2.5.1. Definição das atividades, com as respectivas relações de interdependência, apresentando em linhas gerais a sequência cronológica das etapas necessárias ao desenvolvimento dos serviços em forma gráfica e analítica;

23.1.1.2.5.2. Cronograma de permanência de todos os profissionais com carga horária mensal, que serão alocadas aos serviços e descrições dos demais recursos a serem colocados à disposição, tais como instalações, veículos e equipamentos.

23.1.1.2.6. Experiência e Conhecimento da Equipe Técnica (N3)

23.1.1.2.7. Deverá ser apresentada a relação da equipe, com experiência em trabalhos técnicos compatíveis com o objeto da presente licitação, comprovada através da apresentação dos respectivos currículos profissionais dos técnicos de nível superior, máximo de 03 (três) páginas por currículo, acrescidos das declarações de cada profissional, concordando com a inclusão na equipe de trabalho da licitante.

23.1.1.2.7.1. Coordenador Geral do Contrato;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

23.1.1.2.7.2. Engenheiro Civil;

23.1.1.2.7.3. Arquiteto.

23.1.1.2.8. A assinatura do currículo significa a sua anuência e conhecimento sobre os dados fornecidos, sua concordância para ser incluído na equipe, nas atividades e níveis definidos e seu compromisso de estar disponível no período proposto.

23.1.1.2.9. Os técnicos constantes na relação de equipes da licitante não poderão integrar em hipótese alguma, equipe de outra licitante, sob pena de sua desclassificação do certame licitatório.

23.1.1.2.10. As licitantes e os membros das equipes técnicas indicadas responderão na forma da lei, pela veracidade das informações prestadas, reservando-se o direito de proceder a diligências que julgar necessárias.

23.1.1.2.11. Critério de Nota Técnica

23.1.1.2.11.1. Será atribuída a Nota Técnica - NT, variando de 0 (zero) a 100 (cem), constituída por:

23.1.1.2.11.1.1. Conhecimento do Empreendimento e Problemas Potenciais (N1): nota máxima = 40 (quarenta) pontos

23.1.1.2.11.1.2. Metodologia e Plano de Trabalho (N2): nota máxima = 30 (trinta) pontos

23.1.1.2.11.1.3. Experiência e Conhecimento da Equipe Técnica (N3): nota máxima = 30 (trinta) pontos

23.1.1.2.11.1.4. Neste quesito, a nota será atribuída em função da capacidade de análise e de visão dos licitantes dos serviços objeto da licitação.

N1 = N1a + N1b + N1c

23.1.1.2.11.1.5. Deverão ser abordados, no mínimo, os seguintes itens:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

| ITENS | | NOTA MÁXIMA |
|--------------|---|-------------|
| N1a | Caracterização dos principais fatores físicos, sociais e de gestão que intervêm na realização dos serviços, hierarquizados na visão do Licitante. | 15 |
| N1b | Principais aspectos do ambiente institucional, legislação e regulamentação a serem considerados para a viabilização dos serviços. | 10 |
| N1c | Principais problemas que possam interferir na execução dos serviços: Deverão ser fornecidas informações de caráter específico destacando os principais problemas que, antecipadamente, se espera que venham condicionar ou influenciar as metodologias e sistemáticas a serem adotadas, assim como as alternativas ou opções que se apresentem. Especial cuidado deverá ser dado as dificuldades de finalização de uma obra de grande magnitude paralisada. | 15 |
| TOTAL | | 40 |

Critérios de pontuação:

| PONDERAÇÕES / CONCEITOS | Pontuação Parcial por item | | |
|-----------------------------------|----------------------------|------------|------------|
| | N1a | N1b | N1c |
| Ótimo | 15 | 10 | 15 |
| Bom | 12 | 8 | 12 |
| Regular | 9 | 6 | 9 |
| Insuficiente | 4 | 3 | 4 |
| Não Abordado / Inaceitável | 0 | 0 | 0 |

23.1.1.2.11.1.6. A pontuação será atribuída dentro dos seguintes conceitos:

(I) Não Abordado / Inaceitável

Nesta qualificação serão enquadrados os itens de avaliação para os quais a licitante: (I) não apresentou as informações mínimas requeridas; (II) apresentou as informações com falhas, erros ou omissões que apontem para o conhecimento insuficiente dos assuntos; ou (III) apresentou os conhecimentos necessários, mas em desacordo com as condições estabelecidas.

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP****(II) Insuficiente**

Serão enquadrados nesta qualificação os itens de avaliação para os quais a licitante apresentou as informações mínimas requeridas, em conformidade com as condições estabelecidas, mas contendo erros ou omissões que, embora não caracterizem conhecimento insuficiente dos assuntos, sugerem que a licitante não tem conhecimento para satisfazer, adequadamente, às expectativas mínimas da Administração quanto à qualidade dos serviços.

(III) Regular

Serão enquadrados nesta qualificação os itens de avaliação para os quais a licitante apresentou as informações mínimas requeridas, em conformidade com as condições estabelecidas para elaboração da Proposta Técnica, mas demonstrou um conhecimento diferencial dos problemas e dos empreendimentos que apontem para melhorias em relação às condições mínimas exigidas, em resumo, serão qualificado como regulares os itens de avaliação da Proposta Técnica que apenas atendam integralmente as condições mínimas exigidas.

(IV) Bom

Serão enquadrados nesta qualificação os itens de avaliação para os quais a licitante apresentou as informações, além e acima das mínimas requeridas pelo Conselho, e em conformidade com as condições estabelecidas, mostrando um conhecimento profundo e abrangente de todos os assuntos relacionados com os trabalhos licitados, indicando ao Crea-SP uma substancial melhoria de qualidade nos serviços a serem executados, em relação às suas expectativas iniciais.

(V) Ótimo

Serão enquadrados nesta qualificação os itens de avaliação para os quais a licitante apresentou as informações mínimas requeridas pela Administração, e em conformidade com as condições estabelecidas, evidenciando, no entanto, além de conhecimento profundo e abrangente de todos os assuntos relacionados com os trabalhos licitados, de atendimento a condicionantes oriundas da execução dos empreendimentos, mesmo não explicitadas, assegurando ao Crea-SP estar sendo oferecido um serviço superior às expectativas iniciais.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

23.1.1.2.11.2. Metodologia e Plano de Trabalho (N2) – Pontuação Máxima = 30 pontos

23.1.1.2.11.2.1. Neste quesito, a nota será atribuída em função da capacidade de análise e de visão dos serviços, objeto da licitação.

N2 = N2a + N2b + N2c + N2d

23.1.1.2.11.2.2. Neste item deverão ser abordados, no mínimo, os seguintes itens:

| ITENS | | NOTA MÁXIMA |
|--------------|--|-------------|
| N2a | Definição das atividades, com as respectivas relações de interdependência, apresentando em linhas gerais, a sequência cronológica das etapas necessárias ao desenvolvimento dos serviços, em forma gráfica e analítica. | 10 |
| N2b | Descrição detalhada da metodologia a ser adotada na execução das atividades constantes no escopo dos serviços. | 15 |
| N2c | Organograma com representação das equipes colocadas à disposição para os trabalhos, sua integração ao organograma e descrição das funções e atribuições, apresentando a matriz de responsabilidade dos profissionais responsáveis pelas equipes. | 3 |
| N2d | Cronograma de permanência de todos os profissionais com carga horária mensal, que serão alocados aos serviços e descrição dos demais recursos a serem colocados à disposição, tais como: instalações, veículos e equipamentos (inclusive de processamento e reprografia) | 2 |
| TOTAL | | 30 |

23.1.1.2.11.2.3. Critérios de pontuação:

| PONDERAÇÕES / CONCEITOS | Pontuação Parcial por item | | | |
|-----------------------------------|----------------------------|------|-----|-----|
| | N2a | N2b | N2c | N2d |
| Ótimo | 10,0 | 15,0 | 3,0 | 2,0 |
| Bom | 8,0 | 11,0 | 2,5 | 1,5 |
| Regular | 6,0 | 7,0 | 2,0 | 1,0 |
| Insuficiente | 3,0 | 3,0 | 1,0 | 0,5 |
| Não Abordado / Inaceitável | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

23.1.1.2.11.2.4. A pontuação será atribuída dentro dos seguintes conceitos:

(I) Não Abordado / Inaceitável

Nesta qualificação serão enquadrados os itens de avaliação para os quais a licitante: (I) não apresentou as informações mínimas requeridas; (II) apresentou as informações com falhas, erros ou omissões que apontem para o conhecimento insuficiente dos assuntos; ou (III) apresentou os conhecimentos necessários, mas em desacordo com as condições estabelecidas.

(II) Insuficiente

Serão enquadrados nesta qualificação os itens de avaliação para os quais a licitante apresentou as informações mínimas requeridas, em conformidade com as condições estabelecidas, mas contendo erros ou omissões que, embora não caracterizem conhecimento insuficiente dos assuntos, sugerem que a licitante não tem conhecimento para satisfazer, adequadamente, às expectativas mínimas da Administração quanto à qualidade dos serviços que a licitante se propõe prestar.

(III) Regular

Serão enquadrados nesta qualificação os itens de avaliação para os quais a licitante apresentou as informações mínimas requeridas, em conformidade com as condições estabelecidas para elaboração da Proposta Técnica, mas não apresentou proposições ou organização no sentido de propiciar um aperfeiçoamento perceptível dos métodos de trabalho, ou um conhecimento diferencial dos problemas e dos trechos que apontem melhorias em relação as condições mínimas exigidas para a execução dos serviços objeto desta licitação, em resumo, serão qualificado como regulares os itens de avaliação da Proposta Técnica que apenas atendam integralmente as condições mínimas exigidas.

(IV) Bom

Serão enquadrados nesta qualificação os itens de avaliação para os quais a licitante apresentou as informações, além das mínimas requeridas pelo Conselho, e em conformidade com as condições estabelecidas, mostrando um conhecimento profundo e abrangente de todos os assuntos relacionados com os trabalhos licitados, indicando ao Crea-SP uma substancial melhoria de qualidade nos serviços com proposições de modificações de metodologias de atuação conforme especificado, de apresentação de resultados e de forma organizacional que indiquem claramente ao Conselho uma substancial melhoria de qualidade



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

nos serviços a serem executados a serem executados, em relação às experiências iniciais do Crea-SP.

(V) Ótimo

Serão enquadrados nesta qualificação os itens de avaliação para os quais a licitante apresentou as informações e proposições, além das mínimas requeridas pela Administração, e em conformidade com as condições estabelecidas, evidenciando, no entanto, além de conhecimento profundo e abrangente de todos os assuntos relacionados com os trabalhos licitados, proposições de inovações de métodos e trabalhos mais eficazes e eficientes tanto no campo prático como de conhecimento teóricos, para execução dos serviços objeto desta licitação com qualidade que ultrapassem as expectativas iniciais, bem como, fornecer subsídios que aprimorem o modelo de gestão organizacional.

23.1.1.2.11.3. Experiência e Conhecimento da Equipe Técnica (N3) – Pontuação Máxima = 30 pontos

23.1.1.2.11.3.1. As Notas Parciais referentes à Equipe Técnica serão atribuídas para os profissionais, de acordo com os critérios detalhados nos itens a seguir.

23.1.1.2.11.3.2. Deverão ser apresentados técnicos especializados, com experiência nas áreas para as quais são indicados, na realização de trabalhos similares ao objeto contratado, devendo apresentar para efeito de avaliação e pontuação, um profissional para cada atividade.

23.1.1.2.11.3.3. Serão aceitos atestados de gerenciamento e/ou supervisão e/ou fiscalização e/ou acompanhamento de obras e reformas e/ou ampliações de edificações prediais. Não serão considerados atestados relacionados exclusivamente a serviços de detalhamento de projeto.

23.1.1.2.11.3.4. A comprovação da experiência dar-se-á através de currículo, acompanhado de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado devidamente registrado no CREA /CAU (Certificado de Acervo Técnico - CAT), e/ou outros compatíveis com o Órgão regulador da atividade que comprovem ter exercido as atividades indicadas a seguir:

23.1.1.2.11.3.4.1. Coordenador: profissional de nível superior com experiência em gerenciamento e/ou supervisão e/ou fiscalização e/ou acompanhamento de obras de edificações.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

23.1.1.2.11.3.4.2. Engenheiro Pleno / Arquiteto: profissional de nível superior com experiência em gerenciamento e/ou supervisão e/ou fiscalização e/ou acompanhamento de obras de edificações.

23.1.1.2.11.3.4.3. Engenheiro de Segurança do Trabalho: profissional de nível superior especialista em Engenharia de Segurança do Trabalho.

23.1.1.2.11.3.5. Critério de pontuação para Cargo de Coordenador (N3a):

| Tempo de Experiência | Pontuação |
|--|-----------|
| Acima de 10 anos | 30 |
| Acima de 7 até 10 anos | 20 |
| Acima de 5 até 7 anos | 10 |
| Será considerada a nota com a primeira casa decimal sem ajuste. O tempo de experiência será aferido através do currículo e dos atestados do profissional designado acompanhados de Certificados de Acervo Técnico - CAT e/ou outros compatíveis com o órgão regulador da atividade. | |

23.1.1.2.11.3.6. Critério de pontuação para Cargo Engenheiro Pleno / Arquiteto (N3b):

| Tempo de Experiência | Pontuação |
|--|-----------|
| Acima de 10 anos | 30 |
| Acima de 7 até 10 anos | 20 |
| Acima de 5 até 7 anos | 10 |
| Será considerada a nota com a primeira casa decimal sem ajuste. O tempo de experiência será aferido através do currículo e dos atestados do profissional designado acompanhados de Certificados de Acervo Técnico - CAT e/ou outros compatíveis com o órgão regulador da atividade. | |

23.1.1.2.11.3.7. Critério de pontuação para Engenheiro de Segurança do Trabalho (N3c):

| Tempo de Experiência | Pontuação |
|--|-----------|
| Acima de 10 anos | 30 |
| Acima de 7 até 10 anos | 20 |
| Acima de 5 até 7 anos | 10 |
| Será considerada a nota com a primeira casa decimal sem ajuste. O tempo de experiência será aferido através do currículo e dos atestados do profissional designado acompanhados de Certificados de Acervo Técnico - CAT e/ou outros compatíveis com o órgão regulador da atividade. | |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

23.1.1.2.11.3.8. O quesito N3 será avaliado pela seguinte fórmula:

$$N3 = (0,50 \times N3a) + (0,25 \times N3b) + (0,25 \times N3c)$$

A Nota da Proposta Técnica (NT) será calculada pela seguinte fórmula:

$$NT = (N1 + N2 + N3)$$

Sendo:

NT = nota atribuída à Proposta Técnica de cada licitante N1, N2, N3 = nota parcial de cada item da proposta técnica

23.1.1.2.11.4. Serão desclassificadas as Propostas Técnicas que:

23.1.1.2.11.4.1. Apresentem a Nota da Proposta Técnica (NT) inferior a 60% (sessenta por cento) dos pontos;

23.1.1.2.11.4.2. Apresentem qualquer nota parcial (N1 a N3) inferior a 50% (cinquenta por cento) dos pontos;

23.1.1.2.11.4.3. Obtiverem pontuação nula (igual a zero) em qualquer das alíneas pontuadas;

23.1.1.2.11.4.4. Não apresentarem Proposta Técnica ou não estiverem em conformidade com os modelos do Edital.

23.1.1.2.11.5. Proposta Comercial

23.1.1.2.11.5.1. Análise da Proposta Comercial

23.1.1.2.11.5.2. A atribuição da nota de Proposta Comerciais será feita através da seguinte fórmula:

$$PC = \frac{100 P_{\text{máx}} - 90 P_{\text{min}} - 10VP}{P_{\text{máx}} - P_{\text{min}}}$$

Onde:

PC = Nota da Proposta Comercial

P_{máx} = Proposta Comercial de maior valor ofertado, desde que não ultrapasse o valor do orçamento estimativo do Crea-SP;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

P_{min} = Proposta Comercial de menor valor ofertado, desde que atenda o disposto na Lei;

VP = Valor da proposta comercial em análise.

23.1.1.2.11.6. Nota Final

23.1.1.2.11.6.1. A nota técnica equivalerá a 70% (setenta por cento) da nota final.

$$NF = (0,7 \times NT) + (0,3 \times PC)$$

Sendo:

NF = nota final de cada licitante

NT = nota final da proposta técnica de cada licitante

PC = nota final de proposta comercial de cada licitante.

23.2. Subcontratação

23.2.1. É permitida a subcontratação somente dos serviços topográficos.

23.2.2. Não será admitida a subcontratação dos demais serviços do objeto licitatório.

23.2.3. A subcontratação dos serviços topográficos depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

23.2.4. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

24. Formação de Consórcio

24.1. Não será permitida a formação de Consórcio.

25. Alteração Subjetiva

25.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

26. Garantia Contratual

26.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

27. PROCEDIMENTOS PARA APLICAÇÃO DAS SANÇÕES

27.1. Sanções Administrativas

27.1.1. Comete infração administrativa, a CONTRATADA que:

27.1.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

27.1.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

27.1.1.3. Fraudar na execução do Contrato;

27.1.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

27.1.1.5. Cometer fraude fiscal; e/ou

27.1.1.6. Não manter a proposta.

27.1.2. A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

27.1.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Administração;

27.1.2.2. Multa moratória de até 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total contratado.

27.1.3. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

27.1.4. Multa compensatórias de até 1% (um por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total do objeto.

27.1.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA.

27.1.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Administração serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos a favor do Conselho, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

27.1.7. Caso a Administração determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

27.1.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

27.1.9. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

ANEXO II

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº ____/2023
Processo Administrativo nº L-032/2023

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO
DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE
ENGENHARIA E ARQUITETURA PARA O
MONITORAMENTO, SUPERVISÃO E AVALIAÇÕES
TÉCNICAS.**

O **CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**, instituído pelo Decreto Federal nº 23.569, de 11 de dezembro de 1933 e mantido pela Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, com sede e foro na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.059, Pinheiros, São Paulo, SP, CEP 01452-920, inscrito no CNPJ sob nº 60.985.017/0001-77, neste ato representado por seu Vice-Presidente no exercício da Presidência do CREA-SP, Eng. Civil. e Eng. Prod. **MAMEDE ABOU DEHN JÚNIOR, Creasp** sob nº **5069407484**, inscrito no CPF nº 356.502.438-08, RG nº 42.900.391-2, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR**, considerando o julgamento da licitação na Modalidade de Concorrência, para **REGISTRO DE PREÇOS**, nº ____/2023, publicada no DOU do dia ____/____/2023, processo administrativo L-032/2023, **RESOLVE** registrar os preços da empresa ____, com sede na ____, Bairro ____, Cidade ____, CEP ____, inscrita no CNPJ sob nº ____, Inscrição Estadual nº ____, e Inscrição Municipal ____, neste ato representada por seu ____, portador da Cédula de Identidade RG nº ____, e CPF/MF nº ____, doravante denominada simplesmente **BENEFICIÁRIA DA ATA**, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no respectivo Edital de Concorrência nº 002/2023 e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **Registro de Preços** para futura contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos especializados de engenharia e arquitetura para o monitoramento, supervisão e avaliações técnicas, conforme especificações técnicas, unidades e quantidades, constantes do **ANEXO I – PROJETO BÁSICO**, autorizada pelo Processo Administrativo nº L-032/2023 do Edital de Concorrência nº 002/2023, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta técnica e de preços da empresa vencedora, independentemente de transcrição.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

CLÁUSULA SEGUNDA – DO ÓRGÃO GERENCIADOR

2.1. O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo – CREA-SP é o Órgão Gerenciador responsável pela condução do conjunto de procedimentos do certame para Registro de Preços e gerenciamento da Ata de Registro de Preços dele decorrente.

2.2. A Gerência de Projetos e Engenharia - GPE, será a responsável pelos atos de controle e administração da Ata de Registro de Preços decorrente desta licitação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

3.1. Os preços registrados, as especificações do objeto, a quantidade e as demais condições ofertadas na proposta seguem no quadro abaixo.

| PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇO | | | | | | | | |
|---|--|--------|---|-----|--------|-----------------------|--------------------------------|------------------|
| SERVIÇOS TÉCNICO ESPECIALIZADO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA PARA O MONITORAMENTO, SUPERVISÃO E AVALIAÇÕES TÉCNICAS | | | | | | | | |
| Item | Código | Banco | Descrição | Und | Quant. | Valor Unit Registrado | Valor Unit. com BDI Registrado | Total Registrado |
| 1 | MONITORAMENTO, SUPERVISÃO E AVALIAÇÕES TÉCNICAS | | | | | | | |
| 1.1 | 101403 | SINAPI | ENGENHEIRO CIVIL SENIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES(COORDENADOR) | MES | 36 | | | |
| 1.2 | 100320 | SINAPI | ENGENHEIRO CIVIL PLENO / ARQUITETO COM ENCARGOSCOMPLEMENTARES | MES | 96 | | | |
| 1.3 | 101390 | SINAPI | AUXILIAR TÉCNICO / ASSISTENTE DE ENGENHARIA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES | MES | 96 | | | |
| 1.4 | 100534 | SINAPI | TÉCNICO DE EDIFICAÇÕES COM ENCARGOS COMPLEMENTARES | MES | 72 | | | |
| 1.5 | 93566 | SINAPI | AUXILIAR DE ESCRITÓRIO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES | MES | 96 | | | |
| 1.6 | P9864 | SICRO | ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO | MES | 24 | | | |
| 1.7 | P9864CREA | SICRO | ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO | H | 2730 | | | |
| 1.8 | 90779 | SINAPI | ENGENHEIRO CIVIL SENIOR / ARQUITETO COM ENCARGOSCOMPLEMENTARES | H | 2730 | | | |
| 1.9 | 90778 | SINAPI | ENGENHEIRO CIVIL PLENO / ARQUITETO COM ENCARGOSCOMPLEMENTARES | H | 2730 | | | |
| 1.10 | 100533 | SINAPI | TÉCNICO DE EDIFICAÇÕES COM ENCARGOS COMPLEMENTARES | H | 2184 | | | |
| 1.11 | 88597 | SINAPI | DESENHISTA DETALHISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES | H | 910 | | | |
| 1.12 | 88255 | SINAPI | AUXILIAR TÉCNICO DE ENGENHARIA | H | 1456 | | | |
| 1.13 | E9093 | SICRO | VEÍCULO LEVE - 53 kW (sem motorista) | CHI | 2640 | | | |
| 1.14 | E9093 | SICRO | VEÍCULO LEVE - 53 kW (sem motorista) | CHP | 7920 | | | |
| 1.15 | E9684 | SICRO | VEÍCULO LEVE Pick Up 4x4 - 147 kW - IMPRODUTIVO | CHI | 4224 | | | |
| 1.16 | E9684 | SICRO | VEÍCULO LEVE Pick Up 4x4 - 147 kW - PRODUTIVO | CHP | 12672 | | | |
| TOTAL Geral Registrado..... | | | | | | | | 0,00 |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

CLÁUSULA QUARTA - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013.

4.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente da adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador.

4.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador.

4.4. A adesão à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem, artigo 22 do Decreto 7892/13.

4.5. Ao órgão não participante que aderir à Ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

4.6. Após a autorização do Órgão Gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

3.6.1. Caberá ao Órgão Gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da Ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

CLÁUSULA QUINTA - VALIDADE DA ATA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura do presente instrumento, não podendo ser prorrogada, conforme disposto no art. 12 do Decreto nº 7.892/13.

CLÁUSULA SEXTA - REVISÃO E CANCELAMENTO

6.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao fornecedor.

6.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o fornecedor para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

6.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

6.5. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

6.5.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

6.5.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

6.6. Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação desta Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

6.7.1. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

- 6.7.2.** Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- 6.7.3.** Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- 6.7.4.** Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o Órgão Gerenciador.
- 6.8.** O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens “6.7.1”; “6.7.2” “6.7.4” será formalizado por despacho do Órgão Gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 6.9.** O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
- 6.9.1.** Por razão de interesse público; ou
- 6.9.2.** A pedido do fornecedor.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

- 7.1.** O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Projeto Básico – Anexo I do Edital.
- 7.2.** É da competência do Órgão Gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta Ata de Registro de Preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, §1º, do Decreto nº 7.892/2013).

CLÁUSULA OITAVA – DA GESTÃO DA ATA

- 8.1.** O Beneficiário da Ata reportar-se-á à Gerência de Engenharia e Projetos - GEP do Órgão Gerenciador.

CLÁUSULA NONA – DO PREPOSTO DO BENEFICIÁRIO DA ATA

- 9.1.** Fica estabelecido que o preposto do Beneficiário da Ata para representa-la perante o Órgão Gerenciador na execução da presente ATA é o(a) Sr.(a)._____, função _____, e-mail _____.

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP****CLÁUSULA DÉCIMA - DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

10.1. Dentro da validade da Ata de Registro de Preços, o fornecedor registrado poderá ser convocado para assinar o Termo de Contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização/Pedido).

10.1.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado conforme disposto no artigo 57, parágrafo primeiro da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - CONDIÇÕES GERAIS

11.1. É vedada a utilização, na execução dos serviços prestados pelo Beneficiário da Ata, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no Órgão Gerenciador, nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203/2010.

11.2. O Beneficiário da Ata se compromete a manter durante a execução da presente Ata, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital da Concorrência nº 002/2023.

11.3. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Projeto Básico – Anexo I, do Edital.

11.4. Integram a presente Ata como se nela estivesse transcrito o Edital da Concorrência nº 002/2023, seus anexos e a Proposta Comercial de fls. ____ apresentada pelo Beneficiário da Ata, anexados no Processo Administrativo nº L-032/2023.

11.5. A presente Ata não autoriza, nem o Beneficiário da Ata tem direito, tampouco poderes e nem deverá comprometer ou vincular o Órgão Gerenciador a qualquer acordo, contrato ou reconhecimento, nem induzir, renunciar ou transigir quaisquer dos direitos do Órgão Gerenciador ou, ainda, assumir qualquer obrigação em nome deste, a qual não se responsabilizará por quaisquer reclamações de lucros cessantes ou danos pleiteados por terceiros em decorrência ou relacionados com a celebração, execução ou rescisão desta Ata.

11.6. Caso qualquer das cláusulas desta Ata seja ou se torne legalmente ineficaz, a validade do documento como um todo não deverá ser afetada.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

11.7. Faz parte integrante deste instrumento o Termo de Contrato - Anexo III, do Edital.

11.8. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7.892/13.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS

12.1. Os casos omissos serão decididos pelo Órgão Gerenciador, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO DE ELEIÇÃO

13.1. As partes, de comum acordo, elegem o Foro da Justiça Federal de São Paulo para dirimir qualquer lide oriunda da presente Ata, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e contratadas, assinam as partes da presente Ata, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para os mesmos efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas.

São Paulo, de de 2023

Ao assinar está ATA as partes declaram ciência de todo seu conteúdo. independente de rubricas em todas as páginas.

Pelo BENEFICIÁRIO DA ATA:
REPRESENTANTE LEGAL:
TESTEMUNHA:

Pelo ÓRGÃO GERENCIADOR:
REPRESENTANTE LEGAL
TESTEMUNHA:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

ANEXO III MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

C- ____/2023

Processo - L-032/2023

**TERMO DE CONTRATO PARA A CONTRATAÇÃO DE
EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ENGENHARIA E
ARQUITETURA PARA O MONITORAMENTO,
SUPERVISÃO E AVALIAÇÕES TÉCNICAS.**

O **CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**, instituído pelo Decreto Federal nº 23.569, de 11 de dezembro de 1933 e mantido pela Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, com sede e foro na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.059, Pinheiros, São Paulo, SP, CEP 01452-920, inscrito no CNPJ sob nº 60.985.017/0001-77, neste ato representado por seu Vice-Presidente no exercício da Presidência do CREA-SP, Eng. Civil. e Eng. Prod. **MAMEDE ABOU DEHN JÚNIOR, Creasp** sob nº **5069407484**, inscrito no CPF nº 356.502.438-08, RG nº 42.900.391-2, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro lado, a empresa _____, com sede à _____ - ____/____ CEP _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, Inscrição Municipal/Estadual nº _____, e-mail: _____, neste ato representada por seu _____ Sr. _____, portador da Cédula de Identidade RG nº _____ SSP/____ e CPF/MF nº _____, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, resolvem de comum acordo firmar este Contrato, conforme Edital de Concorrência, Tipo: Técnica e Preço nº 002/2023 e respeitável despacho de fls. ____, contidos nos autos do Processo Administrativo nº L-032/2023, regido pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - LEGISLAÇÃO E DOCUMENTOS VINCULADOS

1.1. O presente Contrato reger-se-á pelas disposições das Leis nº 8.666/93 e, de forma complementar, pela Instrução Normativa MP nº 05/2017, pela Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 03/2018, observadas as disposições aplicáveis a este objeto.

1.2. Independentemente de transcrição, fazem parte deste Contrato o Edital da Concorrência nº 002/2023, seus anexos, bem como as Propostas Técnica e de Preço da Contratada, os quais constituem parte deste instrumento.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

2.1. Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados de engenharia e arquitetura para o monitoramento, supervisão e avaliações técnicas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Projeto Básico e demais anexos do Edital.

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA

3.1. O prazo de vigência deste contrato será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, conforme o disposto no artigo 57, parágrafo primeiro, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA QUARTA – VALOR CONTRATUAL

4.1. O valor deste contrato, decorrente da Concorrência nº ____/2023, que deu origem a este instrumento, é de R\$ _____ (_____), considerando o desconto de ____% (_____), conforme consta dos preços registrados na Ata de Registro de Preços nº ____/2023 do CREA-SP, quadro abaixo:

| PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇO | | | | | | | | |
|---|---|--------|---|-----|--------|------------|---------------------|-------|
| SERVIÇOS TÉCNICO ESPECIALIZADO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA PARA O MONITORAMENTO, SUPERVISÃO E AVALIAÇÕES TÉCNICAS | | | | | | | | |
| Item | Código | Banco | Descrição | Und | Quant. | Valor Unit | Valor Unit. com BDI | Total |
| 1 | MONITORAMENTO, SUPERVISÃO E AVALIAÇÕES TÉCNICAS | | | | | | | |
| 1.1 | 101403 | SINAPI | ENGENHEIRO CIVIL SENIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES(COORDENADOR) | MES | | | | |
| 1.2 | 100320 | SINAPI | ENGENHEIRO CIVIL PLENO / ARQUITETO COM ENCARGOSCOMPLEMENTARES | MES | | | | |
| 1.3 | 101390 | SINAPI | AUXILIAR TÉCNICO / ASSISTENTE DE ENGENHARIA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES | MES | | | | |
| 1.4 | 100534 | SINAPI | TÉCNICO DE EDIFICAÇÕES COM ENCARGOS COMPLEMENTARES | MES | | | | |
| 1.5 | 93566 | SINAPI | AUXILIAR DE ESCRITÓRIO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES | MES | | | | |
| 1.6 | P9864 | SICRO | ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO | MES | | | | |
| 1.7 | P9864CREA | SICRO | ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO | H | | | | |
| 1.8 | 90779 | SINAPI | ENGENHEIRO CIVIL SENIOR / ARQUITETO COM ENCARGOSCOMPLEMENTARES | H | | | | |
| 1.9 | 90778 | SINAPI | ENGENHEIRO CIVIL PLENO / ARQUITETO COM ENCARGOSCOMPLEMENTARES | H | | | | |
| 1.10 | 100533 | SINAPI | TÉCNICO DE EDIFICAÇÕES COM ENCARGOS COMPLEMENTARES | H | | | | |
| 1.11 | 88597 | SINAPI | DESENHISTA DETALHISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES | H | | | | |
| 1.12 | 88255 | SINAPI | AUXILIAR TÉCNICO DE ENGENHARIA | H | | | | |
| 1.13 | E9093 | SICRO | VEÍCULO LEVE - 53 kW (sem motorista) | CHI | | | | |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

| | | | | | | | | |
|-------------------|-------|-------|---|-----|--|--|--|------|
| 1.14 | E9093 | SICRO | VEÍCULO LEVE - 53 kW (sem motorista) | CHP | | | | |
| 1.15 | E9684 | SICRO | VEÍCULO LEVE Pick Up 4x4 - 147 kW - IMPRODUTIVO | CHI | | | | |
| 1.16 | E9684 | SICRO | VEÍCULO LEVE Pick Up 4x4 - 147 kW - PRODUTIVO | CHP | | | | |
| TOTAL Geral | | | | | | | | 0,00 |

4.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUINTA – DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO

5.1. A despesa decorrente desta contratação está programada em dotação orçamentária própria da Gerência de Engenharia e Projetos - GEP, prevista no orçamento do CREA-SP no exercício de 2023, na conta orçamentária: 6.2.2.1.1.01.04.09.022 – Demais Serviços Profissionais - PJ.

5.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

CLÁUSULA SEXTA - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

6.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se descrita no item “3 - descrição da solução” do Projeto Básico – Anexo I deste instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA – ESPECIFICAÇÃO

7.1. A especificação técnica do objeto deste termo consta do item “4 – detalhamento e especificação” do Projeto Básico – Anexo I deste instrumento.

CLÁUSULA OITAVA - MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

8.1. As rotinas de execução do contrato estão elencadas no item “13 – modelo de execução do contrato” do Projeto Básico – Anexo I deste instrumento.

CLÁUSULA NONA - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

9.1. As normas pertinentes a gestão do contrato encontra-se descritas no item “15 – modelo de gestão do contrato” do Projeto Básico – Anexo I deste instrumento.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

10.1. Os procedimentos de fiscalização da execução do contrato se encontra descrito no item “16 – procedimentos de fiscalização da execução contratual” do Projeto Básico – Anexo I deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

11.1. A estimativa das quantidades está discriminada no item “18 – estimativa das quantidades” do Projeto Básico – Anexo I deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS LOCAIS DE ENTREGA

12.1. Todos os imóveis onde estão instaladas as Sedes/Unidades deste Conselho, e as Unidades que vierem a ser instaladas pelo CREA-SP em todo o Estado de São Paulo. O ANEXO I - B apresenta os endereços das Sedes/Unidades instaladas pelo Conselho no Estado.

12.1.1. A critério da Administração os serviços poderão ser prestados em quaisquer novas instalações a serem ocupadas pelo CREA-SP.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – FORMA DE PAGAMENTO EM FUNÇÃO DOS RESULTADOS

13.1. PAGAMENTO

13.1.1. O CREA-SP efetuará o pagamento até o 30º (trigésimo) dia após a finalização da prestação dos serviços, mediante apresentação de nota fiscal/fatura no prazo não inferior a 10 (dez) dias do seu vencimento, a qual deverá ser entregue na Sede Faria Lima, na Gerência de Projetos e Engenharia - GPE, localizada na Av. Brigadeiro Faria Lima, 1059 - 12º andar - Pinheiros - CEP 01452-920 - São Paulo/SP, ficando a Contratada obrigada a manter durante a execução dos serviços os documentos abaixo relacionados acompanhados da nota fiscal/fatura:

13.1.1.1. Comprovante de regularidade com o Sistema de Seguridade Social - Certidão Negativa de Débito - CND;

13.1.1.2. Comprovante de Regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;

13.1.1.3. Certificado de Regularidade do FGTS - CRF;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

13.1.1.4. Comprovante de regularidade com a Fazenda Federal - Certidão Conjunta Negativa; e

13.1.1.5. Comprovante de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis de Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei Federal nº 12.440, de 07 de julho de 2011 e da Resolução Administrativa do Tribunal Superior do Trabalho nº 1.470/2011.

13.1.2. As notas fiscais mensais devem conter, no mínimo, as seguintes informações:

13.1.2.1. Razão Social;

13.1.2.2. CNPJ;

13.1.2.3. Endereço do CREA-SP;

13.1.2.4. Número do Contrato;

13.1.2.5. Descrição dos serviços prestados conforme objeto contratual; e

13.1.2.6. Valor dos impostos e encargos incidentes e total cobrado do CREA-SP.

13.1.3. O CREA-SP verificará a regularidade prevista nos subitens acima, por ocasião do recebimento da nota fiscal/fatura antes mencionada.

13.1.4. Nenhum pagamento será realizado à Contratada caso seja constatada a falta de regularidade prevista nos subitens acima, ficando o pagamento suspenso até sua efetiva regularização, sem que isto implique em qualquer ônus para o CREA-SP.

13.1.5. A nota fiscal/fatura será analisada, minimamente, quanto aos itens a seguir descritos:

13.1.5.1. Correlação entre os valores indicados na nota fiscal/fatura e o da proposta da empresa;

13.1.5.2. Ausência de emendas ou rasuras na nota fiscal/fatura;

13.1.5.3. O correto preenchimento dos dados do CREA-SP (nome, CNPJ, dados contratuais) e da discriminação dos serviços;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

- 13.1.5.4.** Pertinência dos cálculos aritméticos da nota fiscal/fatura - o valor total deverá corresponder ao somatório dos valores individuais lançados na mesma;
- 13.1.5.5.** Correlação entre o valor da nota fiscal e os valores empenhados;
- 13.1.5.6.** Correlação entre o CNPJ da Contratada e o constante na proposta e na nota de empenho;
- 13.1.5.7.** Verificação de autenticidade quando se tratar de Nota Fiscal Eletrônica.
- 13.1.6.** Caso a nota fiscal apresente valor inferior ao correto a faturar, a empresa será cientificada da divergência ocorrida.
- 13.1.7.** Em se tratando de nota fiscal com valor superior ao correto a faturar, a empresa poderá ser instada a autorizar a glosa da diferença apurada ou a substituição da nota fiscal, firmando-se o prazo máximo de 03 (três) dias úteis para atendimento.
- 13.1.8.** Caso não seja possível atestar a nota fiscal, esta será devolvida à empresa, acompanhada de comunicação oficial com a exposição dos motivos que ensejaram a não atestação, e o prazo referido no subitem anterior retornará à contagem inicial.
- 13.1.9.** O CREA-SP efetuará a retenção de impostos eventualmente incidentes sobre o valor do serviço, conforme previsto na Lei Federal nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996 e Instrução Normativa (RFB) nº 1.234, de 30 de janeiro de 2012 e Anexo.
- 13.1.10.** A Contratada é responsável pelos encargos fiscais, trabalhistas e previdenciários incidentes sobre os serviços contratados.
- 13.1.11.** Se a Contratada descumprir qualquer termo ou condição a que se obrigar no presente certame, por sua exclusiva culpa, poderá a Administração reter o pagamento, até que seja sanado o respectivo inadimplemento, não sobrevivendo, portanto, qualquer ônus ao Conselho resultante desta situação.
- 13.1.12.** Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento a que a proposta se referir.
- 13.1.13.** O orçamento estimado pela Administração baseou-se nas planilhas referenciais *SINAPI* e *SICRO*.
- 13.1.14.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

compensação financeira devida pelo CREA-SP, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte forma, conforme previsto no ANEXO XI da IN 05/2017:

| | | |
|-----------|---|---|
| EM | = | $I \times N \times VP$, sendo: |
| EM | = | Encargos moratórios; |
| N | = | Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; |
| VP | = | Valor da parcela a ser paga; |
| I | = | Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado: |

| | | | |
|------------------------------------|------------|-----------|-----------------------|
| I = (TX) | I = | (6 / 100) | I = 0,00016438 |
| | | 365 | |
| TX = Percentual da taxa anual = 6% | | | |

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

14.1. Os deveres e responsabilidades da Contratante são os estabelecidos no item “10 – deveres e responsabilidades da contratante” do Anexo I - Projeto Básico deste Instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

15.1. Os deveres e responsabilidades da Contratada são os estabelecidos no item “11 – deveres e responsabilidades da contratada” do Anexo I - Projeto Básico deste Instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – GARANTIA CONTRATUAL

16.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PROCEDIMENTOS PARA APLICAÇÃO DAS SANÇÕES

17.1. Os procedimentos para aplicação das sanções administrativas relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no item “16.1 – sanções administrativas” do Anexo I – Projeto Básico deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA RESCISÃO

18.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

18.1.1. Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Projeto Básico, anexo I do Edital;

18.1.2. Amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

18.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à Contratada o direito à prévia e ampla defesa.

18.3. A Contratada reconhece os direitos do CREA-SP em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

18.4. O Termo de Rescisão, sempre que possível, será precedido:

18.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

18.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e dos ainda devidos;

18.4.3. Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - SUBCONTRATAÇÃO

19.1. As regras para a subcontratação dos serviços são aquelas previstas no item “23.2. – Subcontratação” do Projeto Básico – Anexo I deste instrumento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - ALTERAÇÃO SUBJETIVA

20.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

21.1. Os critérios de sustentabilidade são os estabelecidos no item “7.1 – critérios de sustentabilidade” do Anexo I – Projeto Básico deste instrumento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA REVISÃO

22.1. A revisão do valor contratual poderá ser concedida a qualquer momento quando ocorrerem fatos posteriores à contratação que:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

- 22.1.1.** Sejam imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis;
- 22.1.2.** Decorrentes da ocorrência de caso fortuito ou força maior, ou;
- 22.1.3.** Por situações geradas pela Administração Pública, por atos legítimos, mas que causam impacto nos contratos (chamado de “fato do príncipe”).
- 22.1.4.** Dentro do prazo de vigência do contrato e a partir do pedido da contratada, os preços contratados poderão ser revisados, aplicando-se a correção quando devida.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES E DO AUMENTO OU SUPRESSÃO

- 23.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 23.2.** A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.
- 23.3.** As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – GESTÃO DO CONTRATO

- 24.1.** A gestão do contrato será acompanhada por Gestor a ser indicado através de Portaria da autoridade competente após a assinatura do Contrato.
- 24.1.1.** Será dada ciência da Portaria ao preposto da Contratada.
- 24.2.** O Gestor do Contrato poderá, quando da emissão da Ordem de Serviço, exigir a entrega de relatório do prestador de serviço/fornecedor, referente à execução do Contrato, indicando nesta ocasião o formato e a periodicidade de entrega.
- 24.3.** Os pagamentos devidos serão sempre condicionados a entrega dos relatórios.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – PREPOSTO DA CONTRATADA

- 25.1.** Fica estabelecido que o preposto da Contratada para representa-la perante o CREA-SP na execução do presente Contrato é o(a) Sr.(a). _____, função_____.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – VEDAÇÕES E PERMISSÕES

- 26.1.** É vedado à Contratada interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da Contratante, salvo nos casos previstos em lei.
- 26.2.** É permitido à Contratada caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020.
- 26.3.** A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.
- 26.4.** A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

- 27.1.** A publicação resumida do instrumento de contrato ou de seus aditamentos na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo CREA-SP e até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, qualquer que seja o seu valor, ainda que sem ônus, ressalvado o disposto no art. 26 desta Lei. - (Parágrafo Único do Art. 61 da Lei Federal nº 8.666/93).

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – CONSIDERAÇÕES GERAIS

- 28.1.** É vedada a utilização, na execução dos serviços prestados pela Contratada, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no CREA-SP, nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203/2010.
- 28.2.** O CREA-SP providenciará a publicação do extrato deste contrato e de seus eventuais termos aditivo no Diário Oficial da União, a suas expensas, na forma prevista no parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/1993.
- 28.3.** Constituem direitos e prerrogativas do CREA-SP, além dos previstos em outras leis, os constantes da Lei nº 8.666/1993, que a Contratada aceita e a eles se submete.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

28.4. A omissão ou tolerância das partes – em exigir o estrito cumprimento das disposições deste Contrato ou em exercer prerrogativa dele decorrente – não constituirá novação ou renúncia nem lhes afetará o direito de, a qualquer tempo, exigirem o fiel cumprimento do avençado.

28.5. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais, em face da superveniência de normas federais, estaduais ou municipais, bem como em razão da conveniência e oportunidade da Administração, devidamente justificadas.

28.6. A Contratada se compromete a manter durante a execução do presente Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital da Concorrência nº 002/2023.

28.7. Integram o presente Contrato como se nele estivesse transcrito o Edital da Concorrência nº 002/2023, seus anexos e a Proposta Comercial de fls. ____ apresentada pela Contratada, anexados no processo administrativo L-032/2023.

28.8. O presente Contrato não autoriza, nem a Contratada tem direito, tampouco poderes e nem deverá comprometer ou vincular a CREA-SP a qualquer acordo, Contrato ou reconhecimento, nem induzir, renunciar ou transigir quaisquer dos direitos do CREA-SP ou, ainda, assumir qualquer obrigação em nome deste, a qual não se responsabilizará por quaisquer reclamações de lucros cessantes ou danos pleiteados por Terceiros em decorrência ou relacionados com a celebração, execução ou rescisão deste Contrato.

28.9. Caso qualquer das cláusulas deste Contrato seja ou se torne legalmente ineficaz, a validade do documento como um todo não deverá ser afetada.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA – DOS CASOS OMISSOS

29.1. Os casos omissos serão decididos pelo CREA-SP, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA – FORO

30.1. As partes, de comum acordo, elegem o Foro da Justiça Federal de São Paulo para dirimir qualquer lide oriunda do presente Contrato, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

E, por estarem justos e acordados, assinam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para os mesmos efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas.

São Paulo, de de 2023.

Ao assinar este Contrato as partes declaram ciência de todo seu conteúdo, independente de rubricas em todas as páginas.

***Pela CONTRATADA:
TESTEMUNHA:
REPRESENTANTE LEGAL:***

***Pelo CREA-SP:
TESTEMUNHA:
REPRESENTANTE LEGAL:***



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

ANEXO I

**O Projeto Básico Anexo I e seus anexos do Edital
serão juntados quando da lavratura do
instrumento contratual.**